



Dissertação

Mestrado em Contabilidade e Relato de Gestão

***Perceção dos Fatores de Complexidade na
Tributação do Rendimento das Pessoas Singulares***

Maria Manuela Gonçalves Carvalho

Leiria, setembro de 2012



Dissertação

Mestrado em Contabilidade e Relato de Gestão

***Perceção dos Fatores de Complexidade na
Tributação do Rendimento das Pessoas Singulares***

Maria Manuela Gonçalves Carvalho

Dissertação de Mestrado realizada sob orientação da Doutora Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho e da Dra. Cristina Isabel Branco de Sá, Professoras da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria.

Leiria, setembro de 2012

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho de investigação é o resultado de uma vitória, só alcançada com a ajuda e o apoio de outras pessoas, que me ajudaram a torná-lo realidade. O agradecimento vai para essas pessoas que contribuíram de alguma forma para o sucesso deste trabalho.

Em primeiro lugar às professoras orientadoras, nomeadamente:

À Professora Doutora Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho, pelas críticas, persistência, rigor e correção que torna dificuldades em desafios.

À Professora Dra. Cristina Isabel Branco de Sá, um agradecimento muito especial por todo o incentivo, inspiração, estímulo, dedicação, disponibilidade e apoio em todos os momentos.

Depois, o meu agradecimento a algumas pessoas especiais:

À Catarina, Joana e Vânia, companheiras de uma importante etapa da minha vida. Obrigado pela amizade, pelo companheirismo, pelos momentos de apoio e incentivo.

Ao Luís um obrigado muito especial. Mais que um colega, um amigo presente e sempre disponível.

À família e aos amigos que servem de apoio nos momentos difíceis e de estímulo nos momentos vitoriosos.

Ao Paulo, pelo amor, compreensão e paciência em todos os momentos.

Aos meus pais por tudo.

RESUMO

O estudo da complexidade fiscal tem ganho ênfase como fator explicativo do cumprimento fiscal. O objetivo central deste trabalho de investigação é a identificação dos fatores que influenciam a perceção da complexidade fiscal na tributação do rendimento das pessoas singulares e de que forma essas perceções afetam o cumprimento fiscal por parte do contribuinte.

Os modelos económicos tradicionais não explicam as motivações comportamentais dos contribuintes. As perceções que os contribuintes têm da aplicação da justiça e da equidade podem ter impacto no cumprimento fiscal. A necessidade do estudo destas questões tem conduzido a estudos que incluem variáveis demográficas e económicas, mas passam também a ser tomados em consideração aspetos psicológicos e comportamentais como a equidade, a moral tributária ou a complexidade.

A tributação das pessoas singulares é uma das mais importantes áreas no sistema fiscal. No contexto atual torna-se importante uma reflexão sobre os fatores e as perceções do contribuinte acerca do grau de complexidade na tributação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS).

Partindo de um conjunto de características sócio económicas e psicológicas foram estabelecidas hipóteses que podem explicar as perceções das perceções dos contribuintes sobre o grau de complexidade na tributação do rendimento das pessoas singulares e consequentemente no cumprimento fiscal.

Os resultados indicam que a complexidade fiscal é afetada não só por fatores sócio económicos como também por fatores comportamentais e psicológicos.

Palavras-chave: complexidade fiscal, sistema fiscal, cumprimento fiscal, equidade.

ABSTRACT

The study of tax complexity has been gaining some emphasis as an explanatory factor of tax compliance. The main goal of this work of investigation is the identification of the factors which influence the perception of tax complexity in taxation of individual's income and in what way do those perceptions affect tax compliance by part of the taxpayer.

The traditional economical models don't explain the behavioral motivations of the taxpayer. The perceptions that taxpayers have the application of justice and equity can have an impact on tax compliance. The need for the study of these questions as lead to studies that include the demographic and economic variables, but now also be taken into account into consideration psychological and behavioral like the equity, the tax morale or the complexity.

The taxation of individual's income is one of the most important areas in the fiscal system. In the current context it becomes an important reflection on the factors and perceptions of the taxpayer about the level of complexity on the taxation of individual's income (IRS).

Starting from a set of socio-economic and psychological characteristics hypotheses were established which could explain the impact of the perceptions of the taxpayer on the level of complexity on the taxation of the individual's income and consequently on the tax compliance.

The results indicate that tax complexity is affected not just by socio-economic factors but by psychological and behavioral factors as well.

Key-words: tax complexity, fiscal system, tax compliance, equity.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da AF Portuguesa	38
Figura 2 – Esquema de apuramento de IRS	42

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Nível de complexidade fiscal	16
Gráfico 2 – Gráfico de probabilidade normal	77

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo das Causas de Complexidade Fiscal.....	13
Quadro 2 – Resumo dos Fatores Explicativos de Cumprimento Fiscal	27
Quadro 3 – Operacionalização da Variável Dependente.....	50
Quadro 4 – Operacionalização das Variáveis Independentes.....	51
Quadro 5 – Resumo das Hipóteses de Estudo e Relação Prevista	60
Quadro 6 – Confirmação das Relações Previstas nas Hipóteses.....	83

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Receitas fiscais totais em % do PIB	34
Tabela 2 – Receitas fiscais por tipo de rendimento em % das receitas totais (2010)	35
Tabela 3 - Receitas previstas de impostos diretos para 2012	41
Tabela 4 – Resumo das obrigações acessórias dos sujeitos passivos em IRS	43
Tabela 5 - Resumo de diplomas recentes que alteram o CIRS	44
Tabela 6 – Número de inquiridos por curso e por residência fiscal	61
Tabela 7 – Caracterização sócio demográfica da amostra	62
Tabela 8 – Predisposição dos contribuintes face ao cumprimento das obrigações fiscais	64
Tabela 9 – Forma de entrega e preenchimento da declaração de rendimentos das pessoas singulares	65
Tabela 10 – Tempo gasto com o preenchimento da declaração de IRS	66
Tabela 11 – Dificuldades técnicas no preenchimento da declaração de rendimentos	67
Tabela 12 – Motivos para recorrer a ajuda profissional no preenchimento da declaração de IRS... ..	68
Tabela 13 – Análise da relação dos contribuintes com a AF	69
Tabela 14 – Perceção dos contribuintes sobre equidade / justiça fiscal	71
Tabela 15 – Pesos fatoriais de cada item nos 2 fatores retidos, <i>engenvvalues</i> , comunalidades e % de variância explicada	73
Tabela 16 – Estatística descritiva	75
Tabela 17 – Correlações de <i>Pearson</i>	76
Tabela 18 – Coeficientes de multicolineariedade	78
Tabela 19 – Diagnóstico de multicolineariedade	78

Tabela 20 – Resumo da regressão	79
Tabela 21 – Tabela ANOVA da regressão	79
Tabela 22 – Coeficientes da regressão	80

LISTA DE ABREVIATURAS

AF – Administração Fiscal

AFE – Análise Fatorial Exploratória

CIRC – Código do Imposto sobre o Rendimento Coletivo

CIRS – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

CRP – Constituição da República Portuguesa

DGAIEC - Direção Geral das Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo

DGCI - Direção Geral dos Impostos

DGITA - Direção Geral de Informática e Assistência aos Serviços Tributários e Aduaneiros

EBF - Estatuto dos Benefícios Fiscais

ESTG – Escola Superior de Tecnologia e Gestão

GFI – *Goodness of fit index*

IABA – Imposto sobre o Álcool e as Bebidas Alcoólicas

ICF – Índice de Complexidade Fiscal

ICP – Índice de Complexidade Psicológica

ICT – Índice de Complexidade Técnica

IES – Informação Empresarial Simplificada

IMI – Imposto Municipal sobre os Imóveis

IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

IPL – Instituto Politécnico de Leiria

IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

ISP – Imposto sobre os Produtos Petrolíferos

IT – Imposto sobre o Tabaco

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

KMO – *Kaiser-Meyer-Olkin*

MFAF - Ministério das Finanças e da Administração Fiscal

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico

OE – Orçamento de Estado

PIB – Produto Interno Bruto

VIF – *Variance Inflation Factor*

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	vii
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	ix
ÍNDICE DE QUADROS	xi
ÍNDICE DE TABELAS.....	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xv
ÍNDICE	xvii
I – INTRODUÇÃO.....	1
II – REVISÃO DA LITERATURA	5
1 - COMPLEXIDADE DO SISTEMA FISCAL	5
1.1 – DEFINIÇÃO DE COMPLEXIDADE FISCAL	5
1.2 - CAUSAS DA COMPLEXIDADE FISCAL	10
1.3 – A MEDIÇÃO DA COMPLEXIDADE FISCAL E AS SUAS LIMITAÇÕES.....	13
1.4 – ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A EQUIDADE E O SISTEMA FISCAL	14
1.5 – COMPLEXIDADE FISCAL EM PORTUGAL	16
2 – O COMPORTAMENTO DOS CONTRIBUINTES PERANTE AS SUAS OBRIGAÇÕES FISCAIS	19
2.1 – DEFINIÇÃO DE CUMPRIMENTO FISCAL	19
2.2 – FRAUDE E EVASÃO FISCAL	20
2.3 – FATORES QUE INFLUENCIAM O CUMPRIMENTO FISCAL	22
2.3.1 – FATORES DEMOGRÁFICOS	22
2.3.2 – FATORES ECONÓMICOS	23

2.3.3 – FATORES COMPORTAMENTAIS E/OU PSICOLÓGICOS	25
3 – CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA FISCAL.....	29
3.1 – DEFINIÇÃO DE SISTEMA FISCAL	29
3.1.1 – PRINCÍPIOS DE TRIBUTAÇÃO NO SISTEMA FISCAL	29
3.1.2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNÇÕES DA AF.....	36
3.2 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS)	40
III – ESTUDO EMPÍRICO.....	47
4 – METODOLOGIA E HIPÓTESES	47
4.1 – DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS DO ESTUDO	47
4.2 – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....	48
4.3 – TÉCNICA ADOTADA NA RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS, VARIÁVEL DEPENDENTE, VARIÁVEIS INDEPENDENTES E TRATAMENTO DE DADOS.....	48
4.4 – A POPULAÇÃO, A AMOSTRA E O PERÍODO DE ANÁLISE	53
4.5 – HIPÓTESES DE ESTUDO	54
5 – DADOS E RESULTADOS.....	61
5.1 – ESTATÍSTICA DESCRITIVA E CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA	61
5.1.1 – PREDISPOSIÇÃO E FORMA DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS DOS CONTRIBUINTES	64
5.1.2 – RELAÇÃO COM A AF.....	68
5.1.3 – PERCEÇÃO DOS CONTRIBUINTES FACE À EQUIDADE DO SISTEMA FISCAL	70
5.2 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	71
5.2.1 – ANÁLISE FATORIAL.....	71
5.2.2 – MODELO DE REGRESSÃO LINEAR	74
5.2.2.1 – ESTATÍSTICA DESCRITIVA E CORRELAÇÕES.....	75
5.2.2.2 – VALIDAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS DO MODELO DE REGRESSÃO LINEAR	76
5.2.2.3 – <i>OUTPUTS</i> DA REGRESSÃO.....	79
5.2.3 – VALIDAÇÃO DO TESTE DE HIPÓTESES.....	80
IV – CONCLUSÕES.....	85
V – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
VI – APÊNDICES	101

I – INTRODUÇÃO

A origem dos impostos está nos primórdios das civilizações, não sendo fácil uma delimitação, da sua criação no tempo e no espaço. Apesar desta limitação, o princípio da fiscalidade tem duas origens distintas identificáveis: a religião e o saque (Santos, 2003). Os impostos e os sistemas tributários, tal como os conhecemos hoje em dia, servem de arrecadação de recursos para fazer face às despesas do Estado. Os impostos constituem a principal fonte de financiamento das despesas públicas (Santos, 2003).

A realidade atual está em constante mutação e pode fomentar o desenvolvimento da complexidade do sistema fiscal bem como a sua dificuldade de interpretação. O sistema fiscal deve ser encarado como uma realidade dinâmica em interação com o meio envolvente (Pereira, 2006).

É neste contexto que o estudo da complexidade do sistema fiscal ganha relevância. Já Cohen (1969) e Surrey (1969) defendiam que o interesse pela complexidade é necessário para o desenvolvimento de um sistema fiscal. A atual conjuntura global torna o tema pertinente. A complexidade fiscal e as suas consequências devem ser analisadas sob duas óticas: a económica e a psicológica.

Um sistema fiscal demasiado agressivo pode retirar competitividade e estímulo à economia. A complexidade económica resultante da globalização da economia apresenta uma tendência crescente. A fiscalidade é um veículo recorrentemente utilizado em função de opções políticas como forma de atingir objetivos económicos do Estado. Oliver & Bartley (2005) referem que as opções políticas e as decisões que são tomadas na sua implementação apresentam uma relação direta com a complexidade no sistema fiscal e nos custos que estas acarretam. As constantes alterações na lei, por mais simples que sejam

podem confundir a compreensão dos contribuintes, conduzindo-os à procura de ajuda profissional.

Estas opções podem descurar a coerência e os princípios fundamentais de tributação que um sistema fiscal deve observar: simplicidade, eficiência e equidade (Pereira, 2006). Por outro lado, Oliver & Bartley (2005) defendem que a existência de algum grau de complexidade será necessário para conseguir o equilíbrio destes princípios.

Outra vertente de análise do tema da complexidade fiscal é através da análise de comportamentos, atitudes e perceções dos contribuintes face ao sistema fiscal. A melhor compreensão do significado de “complexidade do sistema fiscal” e das determinantes que o condicionam pode contribuir para aumentar a competitividade do país. Não importa apenas conhecer e analisar o sistema fiscal. Importa também conhecer o comportamento e as atitudes dos contribuintes perante o sistema fiscal.

A importância do conhecimento acerca desta temática e a sua explicação são questões que têm ganho ênfase em estudos de investigação recentes (Evans, 2012) sobretudo nos países mais desenvolvidos. O Observatório da Competitividade Fiscal 2011 é um estudo realizado com o objetivo de dar a conhecer as expectativas gerais dos empresários face ao sistema fiscal português. De acordo com este estudo, “o sistema fiscal português mantém-se complexo e ineficaz” (Deloitte, 2011, pg. 6). Este trabalho de investigação pretende dar um contributo para a uma melhor compreensão desta questão.

Neste trabalho de investigação procuramos analisar quais os fatores que explicam as perceções que o contribuinte tem sobre a complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares. Escolhemos como universo do estudo as pessoas singulares que cumprem as suas obrigações fiscais sem recurso a ajuda de terceiros e que frequentam os cursos pós-laboral da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria (ESTG) no ano letivo de 2011/2012. No nosso entendimento, os contribuintes que cumprem, sem recorrer a ajuda, as suas obrigações fiscais relativamente ao IRS estarão em melhores condições para dar o seu conhecimento sobre a complexidade do IRS.

O presente trabalho de investigação está dividido em 4 capítulos, incluído este, Introdução (capítulo1).

No capítulo 2 apresentamos a revisão de literatura sobre o tema da complexidade do sistema fiscal e do comportamento dos contribuintes. Apresentamos o conceito de complexidade fiscal, identificamos as suas causas e limitações. A estreita ligação entre as perceções dos conceitos de complexidade e do conceito de equidade é também analisada, assim como uma breve caracterização da complexidade fiscal no nosso país. Em contínuo com a ideia de complexidade, desenvolvemos a temática do comportamento dos contribuintes procurando identificar os fatores que explicam esse comportamento. Por fim definimos o conceito de sistema fiscal e identificamos os princípios de tributação a ele subjacente. Neste sentido apresentamos uma caracterização do sistema fiscal português com especial com especial ênfase na tributação do rendimento das pessoas singulares.

O capítulo 3 inclui o estudo empírico sobre a perceção dos fatores de complexidade dos contribuintes no cumprimento das obrigações fiscais em sede de IRS. Primeiramente apresentamos a metodologia de investigação, onde expomos o método, as técnicas utilizadas na recolha e tratamento de dados (inclui a operacionalização das variáveis), a população, a amostra e o período de análise. Depois apresentamos as hipóteses de investigação a testar e os dados e resultados obtidos, nomeadamente a estatística descritiva das variáveis e os resultados às análises das hipóteses formuladas

Terminamos esta dissertação com o capítulo 4 onde são apresentadas as conclusões finais acerca deste trabalho de investigação sobre a perceção dos fatores de complexidade no IRS, as limitações sentidas no estudo e sugestões de linhas de pesquisa para estudos futuros.

.

II – REVISÃO DA LITERATURA

1 - COMPLEXIDADE DO SISTEMA FISCAL

1.1 – DEFINIÇÃO DE COMPLEXIDADE FISCAL

Um sistema fiscal complexo é constituído por diversos impostos, diferentes formas de tributação, diferentes isenções e/ou exceções ou diferentes contribuintes, todos eles tradutores de uma realidade complexa. Não é fácil reduzir esta informação apenas a um tipo, a uma forma, a uma realidade, a um objetivo, a um benefício. Um sistema fiscal parte da pluralidade de todos estes fatores (Santos, 2003).

O sistema fiscal tende a tornar-se complexo ao longo do tempo. Por um lado, a complexidade pode resultar do aumento do número de impostos. Por outro lado, pode resultar da evolução do próprio sistema fiscal através, por exemplo, da criação de novos de instrumentos financeiros ou de inovações geradores de novas oportunidades de evasão fiscal¹. As empresas ao conceberem novos e complexos instrumentos financeiros favorecem o aparecimento de novas e diferentes maneiras de evitar impostos (evasão fiscal). Desta forma os governos, nomeadamente através do sistema fiscal, vêm-se obrigados a acompanhar este desenvolvimento. Inevitavelmente a lei fiscal reflete a complexidade do ambiente financeiro (*Investment Climate Advisory Services*, 2009). O nível de sofisticação dos contribuintes revela uma maior ou menor afetação de recursos da Administração Fiscal (AF). O recurso a meios complexos de evasão pode comprometer as funções da AF. O cruzamento de dados pode revelar-se mais complicado. O conhecimento fiscal dos contribuintes poderá ser superior ao da AF o que permite anular o efeito dos instrumentos criados para combater a fraude e a evasão fiscal (Santos, 2003).

¹ Este conceito será desenvolvido no ponto 3.2 deste capítulo.

As estruturas fiscais complexas são o resultado da negociação entre o nível das receitas públicas pretendidas e as políticas de equidade que se pretendem alcançar (Alesina & Angeletos, 2003). Evans (2012) defende que alguma complexidade fiscal é necessária, desde que não excessiva, sob pena de se tornar adversa para a economia. A complexidade pode causar perdas indiretas por via de menores incentivos para a contratação de atividades empresariais e maiores custos na realização de negócios. “A complexidade reduz a transparência do sistema e mina a confiança na sua justiça” (PERAB, 2010, pg.3). Evans (2012) conclui que a complexidade é por si só um imposto. Mas, algum nível de complexidade será sempre inevitável.

A complexidade pode conduzir à perda de receitas fiscais. As receitas públicas são o conjunto de fundos recolhidos pelo Estado para fazer face às suas despesas públicas de forma a satisfazer necessidades coletivas dos cidadãos como a saúde, a educação ou a segurança. A receita deve ser pelo menos igual à despesa obtendo-se um resultado nulo. Na realidade atual do nosso país observa-se défice. O défice público pode ser combatido de duas formas. Ou diminuindo a despesa ou aumentando a receita. O aumento da receita pública através de receitas coativas² é uma forma rápida de encaixe monetário. Esta opção de receitas públicas pode colocar em causa um dos princípios de tributação³: a equidade.

Os princípios de tributação promovem a eficiência e a equidade económica. Mas estes princípios estão dependentes da complexidade crescente da economia, de *lobbys* e de interesses políticos (Alesina & Angeletos, 2003). O cumprimento fiscal torna-se cada vez mais difícil de obter face à exigência de regras cada vez mais complexas para combater estratégias cada vez mais sofisticadas de fuga aos impostos (*Investment Climate Advisory Services*, 2009).

Slemrod & Sorum (1984) definiram a complexidade de um sistema fiscal como a soma dos custos de conformidade (dos contribuintes e das empresas) e os custos administrativos (despesas incorridas pelo governo). Os custos de conformidade incluem custos de aprendizagem das obrigações legais, de recolha, de registo e de envio das declarações de impostos. Os custos administrativos referem-se aos custos de gestão do sistema e o seu nível permite a comparação do desempenho das administrações fiscais (Lopes, 2008).

² Receitas coativas são as fixadas pelo Estado por via legislativa de forma autoritária (Pereira, 2006).

³ Os princípios de tributação serão abordados no ponto 3.1.1. deste capítulo.

Assim, a complexidade fiscal reflete elementos estruturais, como a base tributária, a estrutura de taxa de imposto, as deduções, as isenções e os créditos de impostos, bem como as características administrativas do código tributário. Para além disso, um sistema fiscal complexo pode ainda trazer outro tipo de custos, como por exemplo, o aumento da aversão ao imposto por parte do contribuinte – custos psicológicos (Lopes, 2006), influenciando a evasão fiscal.

Oliver & Bartley (2005) entendem que a complexidade de um sistema fiscal pode ser determinada através do produto de um amplo conjunto de fatores, tanto externos como internos que influenciam a conceção, o desenvolvimento e a implementação de um sistema fiscal. Assim, agrupam a equidade e a eficiência como um só elemento esperando que um determinado grau de complexidade seja necessário para aumentar as receitas simultaneamente de forma justa e eficiente.

A elaboração de novos impostos deve ter em conta a forma como este vai ser tributado (Santos, 2003). O número de leis e regulamentos é um fator identificativo e caracterizador de um sistema fiscal complexo. O poder político manobra esse elemento, influenciando-o à sua medida (Forest & Sheffrin, 2002). O número de impostos, as bases de incidência, as isenções, as exceções, os benefícios fiscais são exemplos de fatores que podem ser analisados na medição da complexidade do sistema fiscal (Santos, 2003). A complexidade pode ser ilustrada pelo número de páginas de legislação fiscal primária na maioria dos países (por exemplo, 8.300 páginas no Reino Unido; 7.200 no Japão ou 5.100 páginas no E.UA (*Investment Climate Advisory Services*, 2009)). A contagem de páginas pode ser uma medida demasiado agressiva na mensuração do nível de complexidade, uma vez que todos os sistemas fiscais também têm direito derivado na forma da regulamentação, de jurisprudência, de interpretações ou de decisões fiscais formais (*Investment Climate Advisory Services*, 2009).

Milliron (1985) analisou a complexidade em duas fases: na primeira fase tentou perceber as dimensões da complexidade; na segunda fase investigou as perceções das dimensões da complexidade e de que forma é estas podem ou não ser influenciadas por fatores demográficos e comportamentais. Milliron (1985) conclui que os contribuintes identificam a complexidade em quatro dimensões ou quatro aspetos de complexidade: a natureza do tema (pessoal *versus* técnico), a apresentação quantitativa, a vulnerabilidade nos abusos e a facilidade de leitura das leis. Milliron (1985) conclui ainda que a complexidade é

necessária para equilibrar as leis fiscais e está negativamente relacionada com o cumprimento fiscal.

Mckerchar (2007) caracterizou a complexidade em três aspetos: técnico, estrutural e de cumprimento. A complexidade técnica verifica-se quando o significado da legislação não é claro, simples. A complexidade estrutural verifica-se quando existe uma fraca estrutura de provisões e/ou não existe uma relação consistente entre as diferentes provisões. A complexidade de cumprimento surge quando existe um esforço elevado no preenchimento dos formulários de impostos ou em obrigações acessórias por parte dos contribuintes.

Uma reforma fiscal que vise a simplificação pode exigir uma abordagem diferente para combater a raiz de cada tipo de complexidade. Esforços para tornar os impostos mais "simples" podem entrar em conflito com os esforços para tornar os impostos mais justos e entrarem em contradição com as observações da comunidade internacional para os países em desenvolvimento "para trazer de volta para a política tributária e fiscal a formulação de políticas, de forma explícita e transparente" (OCDE, 2007).

Os contribuintes podem estar dispostos a aceitar a complexidade fiscal se os benefícios que daí obtêm através de poupanças fiscais forem superior aos custos de complexidade que daí decorrem, obtendo-se assim um nível ideal social de complexidade (Oliver & Bartley, 2005). Contudo não é fácil nem pacífico a determinação deste nível ótimo de complexidade. Não basta determinar as características ideais sem saber como alcançá-las. Esta dificuldade revela-se essencialmente aquando da elaboração de políticas fiscais devido ao grau de incerteza e confiança dos contribuintes. Oliver & Bartley (2005) concluíram que não é fácil atingir esse ponto ótimo, mas é possível identificar a forma como os custos devem ser tidos em conta. Oliver & Bartley (2005) identificam uma forma: a base tributária e classificaram as três bases mais comuns como: o consumo, o rendimento e a riqueza. O ideal será um equilíbrio entre estas três bases tributárias.

Investment Climate Advisory Services (2009) sugere um conjunto de 10 tipos de complexidade de um sistema fiscal.

- **Coercive complexity** (complexidade coerciva) assente no conjunto de métodos para combater fraude e evasão fiscal;

- ***Political complexity*** (complexidade política) para o tratamento das ligações de *trade-offs* e dos *lobbys* de interesses particulares e das compensações dos contribuintes;
- ***Equity complexity*** (complexidade equitativa) como um mecanismo político capaz de sinalizar um compromisso credível entre a equidade e a prestação de uma justiça redistributiva;
- ***Legal complexity*** (complexidade legal) como capaz de definir os conceitos e os significados da lei;
- ***Expenditure complexity*** (complexidade das despesas) como uma ligação entre o sistema fiscal e as escolhas sobre a despesa pública;
- ***Constitucional complexity*** (complexidade constitucional) como resultado de um acordo fiscal claro entre os diferentes níveis de governação;
- ***Efficient complexity*** (complexidade eficiente) para a criação de formas de suporte da estrutura económica influenciada pelas diferentes opções políticas dos diferentes setores de atividade;
- ***Accidental complexity*** (complexidade accidental) como resultado do acréscimo de práticas “acidentais” do passado;
- ***Corruption complexity*** (complexidade de corrupção) pela simplicidade com que facilita a corrupção e o financiamento extra orçamento;
- ***Administrative complexity*** (complexidade administrativa) tais como níveis ineficientes de relatórios oficiais.

Percebemos assim que a complexidade não é um conceito fácil de definir nem têm fronteiras bem delimitadas e pode ser observada em diferentes níveis. Seguidamente abordaremos as causas que conduzem à complexidade dos sistemas fiscais.

1.2 - CAUSAS DA COMPLEXIDADE FISCAL

Mckerchar (2007) num estudo sobre o impacto da complexidade no cumprimento fiscal australiano indica que as ramificações da complexidade do sistema fiscal australiano tem um profundo impacto no modo de vida dos contribuintes, nomeadamente na forma como exercem atividades económicas, no trabalho, no investimento, na reforma, nos planos para o futuro e ainda na educação e nos cuidados com os outros. Os impostos afetam por inteiro a sociedade, ainda que uns sejam mais afetados do que outros. Todos os envolvidos (os contribuintes, os agentes fiscais e os próprios legisladores) são afetados pela complexidade fiscal. Este envolvimento traz custos associados, nomeadamente monetários e de tempo, o que pode revelar dificuldades para o estabelecimento de políticas fiscais adequadas.

As perceções dos contribuintes relativamente à injustiça e à incerteza do sistema fiscal têm despertado o interesse pelo incumprimento (Vos & Mihail, 2006). Ao mesmo tempo, a AF também têm ganho interesse pela melhor compreensão destes fatores. A complexidade deve ser analisada tendo em conta estes fatores, observando e ajustando as suas estratégias em função dos riscos que enfrentam. Mckerchar (2007) conclui que é expectável que a complexidade tenha algum impacto na avaliação dos riscos. Attachment (1976) sugere que a complexidade é necessária para a equidade das leis fiscais, a qual pode demonstrar uma relação positiva entre a complexidade e o cumprimento. “Reduzindo a complexidade com as leis... muda-se também voluntariamente o cumprimento” (Attachment, 1976, pg. 21).

McLure (1989) identifica as fontes de complexidade e aponta um conjunto de causas. Primeiramente as regras devem definir exatamente o rendimento económico real; depois, as cláusulas das despesas fiscais, as medidas destinadas a combater o abuso nos benefícios fiscais e as regras relativas às novas disposições e às que estão em vigor devem estar corretamente definidas; por fim aponta como causa a falta de coerência geral das leis fiscais. Destas causas, McLure (1989) identifica a falta de coerência das leis fiscais como a grande fonte de complexidade na Nova Zelândia num estudo conduzido por James, Sawyer, & Wallschutzky (1997).

A complexidade do sistema tributário depende do aumento da incerteza e da legislação fiscal (Lopes, 2006). O número de reformas fiscais contribui para o aumento do volume de legislação fiscal, da sua incerteza e da dificuldade de interpretação. A cada ano existem revisões e alterações que contribuem para o aumento da complexidade.

Mckerchar (2007) identifica um conjunto de fatores que interagem com a produção de lei complexa: a escuridão da lei, a inexistência de significado legal, a reforma fiscal, as diferentes taxas de imposto, as políticas de mercado, a progressividade pessoal do sistema fiscal e o desejo de preocupações com equidade.

Jackson & Milliron (1986) entendem que quanto mais complexas as leis fiscais forem, maior tendência para o incumprimento por parte dos contribuintes. A complexidade pode assentar no número de leis, no excesso de pormenores, na quantidade de cálculos necessários, nos conhecimentos específicos ou necessários para compreender a legislação fiscal, etc. Todos estes fatores em menor número, ou pensados de forma simples, simplificam o sistema fiscal e favorecem o seu entendimento e o seu cumprimento.

Como já foi referido anteriormente os sistemas fiscais modernos tendem para a complexidade. A influência política é um dos fatores que pode afetar essa complexidade. A complexidade é natural no decurso do poder político, influenciado por promessas políticas na busca dos objetivos que se pretendem alcançar. Oliver & Bartley (2005) apontam o uso da lei fiscal nos objetivos económicos e sociais como fator influenciador da complexidade. As leis fiscais tornam-se assim numa peça chave dinâmica da legislação, uma vez que os governos servem-se delas para alcançar objetivos económicos e sociais. Por exemplo o aumento das taxas nas tabelas de imposto pode ser conseguido não de forma direta, mas por exemplo através da alteração das bases de incidência ou da fórmula de liquidação do imposto. Estas alterações poderão conduzir o contribuinte a um maior número de cálculos e maior dispêndio de tempo com interpretação da lei, ou seja, a um aumento dos custos de cumprimento (Santos, 2003).

Outra razão apontada por *Investment Climate Advisory Services* (2009) para a complexidade fiscal é a quantidade de litígios entre o Governo e os próprios tribunais. As decisões dos tribunais nem sempre estão em consonância com o que os governos esperam delas. Assim, o Governo altera as leis com o objetivo de que estas reflitam a visão que esperam delas.

Oliver & Bartley (2005) apontam também o interesse privado na tentativa de minimização das suas responsabilidades fiscais como outro fator explicativo e influenciador da complexidade fiscal. Ou seja, a complexidade pode resultar da elaboração das leis fiscais, das opções dos contribuintes, dos objetivos de mercado e da própria comunidade.

A complexidade pode ainda ser causada pela má elaboração da própria lei (Chattopadhyay & Das-Gupta, 2002). Oliver & Bartley (2005) identificam como fator de complexidade a forma como a lei é escrita e/ou a utilização de termos demasiado técnicos. Uma lei mal escrita ou com lacunas pode deixar em aberto pontos suscetíveis de serem explorados. Kaplow (1995) conclui que as lacunas da lei nos países desenvolvidos ainda são muito elevadas apesar dos sistemas fiscais tributários serem bastante eficientes. Estes pontos podem contribuir, por um lado para a não compreensão por parte dos contribuintes dos seus direitos e/ou obrigações. Por outro lado, podem conduzir a processos demasiado burocráticos, o que aliado, por vezes, à falta de conhecimento por vezes dos próprios profissionais da AF conduzirá erradamente os contribuintes nas suas atividades, podendo causar favorecimentos e/ou desfavorecimentos (Chattopadhyay & Das-Gupta, 2002).

Em consequência os contribuintes terão duas opções: ou a procura de ajuda profissional especializada ou o incumprimento ou a fraude e a evasão. Aqui deverá observar-se o ideal. A lei fiscal não deve ter lacunas suscetíveis de serem exploradas, mas por outro lado também não deve ser demasiadamente detalhada. Se a lei for muito detalhada deverão ser criados mecanismos que consigam assegurar o seu cumprimento, o que aumentará os custos e consequentemente também a complexidade.

No quadro 1 apresentam-se resumidamente as causas de complexidade indicadas de acordo com a tipologia.

Identificadas as causas de complexidade, pretendemos perceber porque é difícil medir a complexidade dos sistemas fiscais e quais as limitações que se apresentam.

Quadro 1 – Resumo das Causas de Complexidade Fiscal

Tipologia	Descrição	Fonte
CAUSAS TÉCNICAS	Escurecimento da lei / inexistência de significado legal	Oliver & Bartley (2005), Mckerchar (2007)
	Dificuldades de interpretação	Oliver & Bartley (2005), Lopes (2006) Mckerchar (2007)
	Falta de coerência geral das leis fiscais/ má elaboração da lei	McLure, Jr. (1989), Chattopadhyay & Das-Gupta (2002)
	Volume de legislação fiscal	Jackson & Milliron (1986), Lopes (2006)
	Lacunas / Atualização da lei	Kaplow (1995), Glassberg (1995), Oliver & Bartley (2005) Mckerchar (2007)
	Diferentes taxas de imposto	Mckerchar (2007), Jackson & Milliron (1986)
	Excesso de pormenores / cálculos	Jackson & Milliron (1986)
	Conhecimentos específicos	Jackson & Milliron (1986)
	Tecnologias de informação	Jackson & Milliron (1986), Oliver & Bartley, (2005)
CAUSAS PSICOLÓGICAS	Impacto no modo de vida	Mckerchar (2007)
	Injustiça e incerteza da lei / sistema fiscal	Vos & Mihail (2006), Lopes (2006)
	Equidade	Attachment (1976), Mckerchar (2007)
	Ambiente político envolvente	Oliver & Bartley, (2005), Forest & Sheffrin (2002)
	Interesses privados	Oliver & Bartley (2005)
	Mercados	Oliver & Bartley (2005)
	Objetivos da comunidade	Oliver & Bartley (2005)
	Relação governos/ tribunais	<i>Investment Climate Advisory Services</i> (2009)

Fonte: Elaboração própria

1.3 – A MEDIÇÃO DA COMPLEXIDADE FISCAL E AS SUAS LIMITAÇÕES

A complexidade da lei fiscal não é fácil de medir. É possível através de uma série de indicadores com base em índices ordinais e monetários utilizados para a medição da complexidade (Evans & Tran-Nam, 2010). Estes indicadores incluem o número total de impostos de um país, o cumprimento do código de imposto (em termos de palavras ou páginas), a perceptibilidade da legislação tributária, a extensão do uso de consultores fiscais

profissionais, o nível de contencioso tributário e o nível da incidência dos custos fiscais de funcionamento (somatório dos custos administrativos fiscais e de conformidade).

Mas estes indicadores expõem dificuldades no cálculo ou análise da medição da complexidade. Chattopadhyay & Das-Gupta (2002) indicam duas limitações à medição da complexidade. A primeira traduz-se no facto dos custos serem superiores aos benefícios obtidos. A segunda limitação é o recurso a estudos com base de referência por norma a um ano, não sendo possível comparar diferentes níveis de complexidade.

Milliron (2001) também aponta como limitações à medição da complexidade: primeiro os estudos empíricos consideram apenas contribuintes e não governantes ou “profissionais” das leis fiscais. Em segundo, refere a questão dos estudos se focarem na lei fiscal e não em todo o sistema fiscal.

Lopes (2008) identifica cinco limitações que contribuem para a complexidade do sistema fiscal em Portugal: em primeiro lugar aponta a limitação dos inspetores fiscais para lidar com difíceis casos internacionais (por exemplo os preços de transferência e a subcapitalização). Em segundo lugar, os recursos de auditoria são essencialmente direcionados para as grandes empresas. Em terceiro lugar, ainda não existe um cruzamento de informação entre os impostos sobre o rendimento e os registos de segurança social. Os julgamentos dos tribunais fiscais continuam demasiado lentos contrariamente à rápida expansão da evasão fiscal. Finalmente, nos últimos anos, o sistema fiscal Português têm sido sujeito a frequentes revisões fiscais, contribuindo para o aumento da complexidade legislativa (Lopes, 2008).

Milliron (2001) refere que quanto maior o grau de complexidade, maior o interesse pelo conceito da equidade. Em seguida propomo-nos analisar a relação entre complexidade e a equidade do sistema fiscal.

1.4 – ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A EQUIDADE E O SISTEMA FISCAL

A equidade tem sido um assunto central na formação da política fiscal. As deliberações dos teóricos e políticos fiscais parecem ter estimulado o interesse académico por este fator. Os fiscalistas teóricos dedicaram uma grande atenção sobre estes conceitos. Mill (1848), Hobbes (1887) e Seligman (1894) são autores citados por Milliron, (2001), que ainda antes

da definição do conceito de complexidade discutiram questões de justiça, imparcialidade de todos os cidadãos, benefícios recebidos pela sociedade, igualdade de sacrifícios, a capacidade de pagamento de impostos e a equidade vertical e horizontal. Estudos mais recentes demonstram um renovado interesse por este conceito. Attachment (1976) inclui uma revisão qualitativa da equidade, descrita em termos de justiça, benefícios pessoais e um processo equitativo (sem fraudes e abusos).

A equidade e a complexidade são ambas apontadas como características do sistema fiscal (Milliron, 2001). Milliron (2001) estudou a relação entre estas duas características e de que forma as percepções dos contribuintes em relação à complexidade fiscal são independentes das ideias tradicionalmente associadas à equidade fiscal. Os resultados do estudo indicam que os contribuintes vêm a complexidade e a equidade como características incompatíveis no sistema fiscal. A sua percepção geral é de que a simplicidade do sistema fiscal é consistente com a melhoria da equidade fiscal. À medida que o grau de complexidade vai aumentando o interesse pelo conceito da equidade e a sua relação também aumenta. Milliron (2001) conclui neste mesmo estudo que não é claro que os contribuintes aceitem a complexidade como um resultado natural do desenvolvimento económico ou que acreditem que a simplicidade e a equidade podem coexistir num sistema fiscal.

Numa revisão de literatura indicada por Milliron (2001) permanece a questão: a complexidade é um aliado ou um inimigo da equidade fiscal? Klein (1976) aponta a complexidade e a equidade como características independentes mas complementares na caracterização de um sistema fiscal. Bradley (1984) refere três afirmações que associam estes dois conceitos a uma possível reforma de um sistema social. “O que não funcionou bem foi o esforço para tornar tudo mais justo.”; “A justiça final vem com a complexidade” e “a complexidade anda de mão dada com a percepção da justiça” (pg. 2).

Alguma complexidade é uma característica inevitável de um sistema fiscal quando aplicado a um sistema económico. Os contribuintes associam a complexidade mais com a desigualdade do que com a equidade (Milliron, 1985).

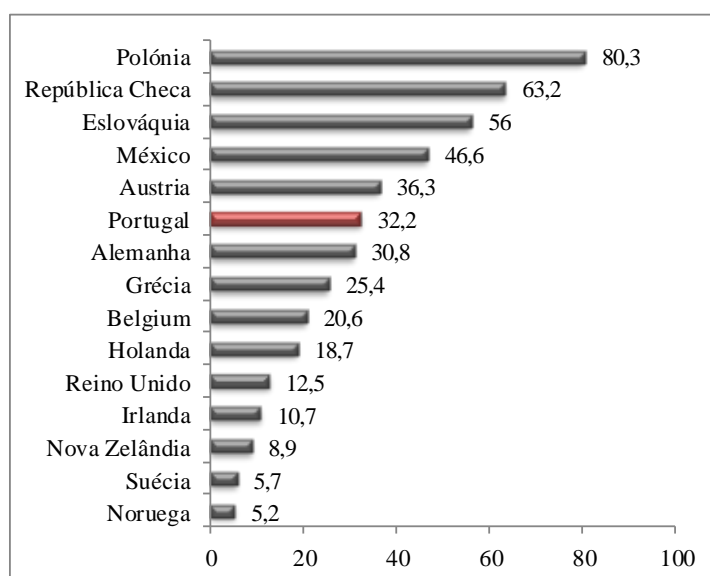
Apresentamos de seguida uma breve caracterização do sistema fiscal português relativamente ao seu grau de complexidade.

1.5 – COMPLEXIDADE FISCAL EM PORTUGAL

O relatório SGI 2011 (Bruneau, Jalali, & Colino, 2011) caracteriza o ambiente legal português como muito complexo.

O gráfico 1 demonstra o nível de complexidade fiscal de diversos países que constituem a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Os valores são apresentados na forma de um índice composto, com base no tempo médio necessário para o cumprimento das obrigações fiscais e o número de pagamentos de impostos anuais. Os valores referem-se a 2010 e foram multiplicados por 100 para uma maior perceção.

Gráfico 1 – Nível de complexidade fiscal



Fonte: www.sgi-network.org

A Polónia revela-se o país com maior complexidade fiscal, com cerca de 80 pontos numa escala onde o limite é 100. Portugal situa-se sensivelmente a meio do *ranking* com 32,2, próximo da Alemanha com 30,8 ou da Áustria com 36,3. Os países nórdicos como a Noruega e a Suécia são os que demonstram um menor nível de complexidade fiscal.

O relatório procura responder à questão: o que torna o atual sistema fiscal português complexo e de difícil aplicação?

As questões económicas introduzem alguma complexidade. No ano de 2010, os impostos indiretos representam em Portugal cerca de 36,4% do total de receitas fiscais em comparação com os 30% da média da OCDE. Este facto pode ser visto como positivo do ponto de vista económico, já que pode representar uma melhor neutralidade e eficiência dos impostos sob o consumo comparativamente aos impostos sobre o rendimento.

Contudo o sistema fiscal português apresenta ainda algumas falhas que se podem traduzir em complexidade. No que se refere à base dos impostos sobre o rendimento, Portugal está ao mesmo nível dos países da OCDE. Os impostos sobre o rendimento caracterizam-se pela existência de demasiados subsídios e créditos por norma destinados a fins sociais, culturais ou económicos. Contudo não é claro que estes objetivos sejam alcançados da forma mais eficiente, contribuindo apenas na maioria das vezes para o aumento da complexidade do sistema fiscal.

Basto (2004) propõe o alargamento da base tributária pessoal e corporativa de forma a eliminar algumas distorções de mercado, produzindo resultados de simplificação e eficiência do sistema fiscal. O regime de incentivo praticado nas Regiões Autónomas não favorece a simplificação fiscal. A base do imposto deveria ser neutra reduzindo a diferenciação e a oportunidade à evasão e fraude fiscal.

Por outro lado, diferentes fontes de rendimento com diferentes tratamentos podem influenciar as escolhas económicas. Por norma, o sistema fiscal favorece os rendimentos por conta própria uma vez que estes são mais difíceis de tributar. Este facto pode gerar um sentimento de injustiça entre os contribuintes conduzindo-os à rejeição social e política do sistema fiscal, aumentando o incumprimento.

Ao longo dos últimos anos têm sido aplicadas medidas de forma a melhorar o desempenho da AF. Lopes (2008) identifica algumas dessas medidas. O desenvolvimento de plataformas *on-line* tem dado um vasto contributo. Os organismos supervisores foram reestruturados de forma a coordenar a auditoria, o planeamento estratégico e a aplicação dos impostos. Foi reformulado o Instituto de Formação através da contratação de um conjunto de profissionais das áreas de políticas fiscais e aduaneiras, e reformulado o planeamento dos sistemas de informação. Foram também aprovadas medidas de flexibilização do sigilo bancário. Embora estas medidas tenham contribuído para a melhoria de resultados, ainda existe muito a fazer, afirma a mesma autora.

A complexidade é indicada com um fator explicativo do cumprimento fiscal. Continuaremos a revisão da literatura com a definição do conceito de cumprimento fiscal e da identificação dos fatores e do modo com estes influenciam os comportamentos dos contribuintes perante as suas obrigações fiscais.

2 – O COMPORTAMENTO DOS CONTRIBUINTES PERANTE AS SUAS OBRIGAÇÕES FISCAIS

O estudo do comportamento dos contribuintes pode revelar-se uma tarefa complexa mas importante para a melhoria do funcionamento dos sistemas fiscais e o alcance dos seus objetivos. A AF deve procurar analisar as atitudes dos contribuintes numa tentativa de perceção do modo como atuam e respetivas motivações, estreitando relações entre as partes.

2.1 – DEFINIÇÃO DE CUMPRIMENTO FISCAL

A OCDE (2008) define o comportamento de cumprimento por parte dos contribuintes, como a capacidade dos contribuintes em satisfazer voluntariamente todas as obrigações em termos de legislação tributária. As obrigações tributárias iniciam-se na declaração e terminam no pagamento correto e atempado de todas as obrigações tributárias, de modo voluntário. Em resumo, a OCDE (2008) define quatro obrigações fiscais para assegurar o cumprimento fiscal por parte dos contribuintes e de acordo com a lei fiscal: efetuar o registo para efeitos fiscais, proceder às declarações fiscais no devido prazo e de forma correta de acordo com a legislação em vigor e por último proceder ao pagamento dos impostos respetivos no prazo legalmente fixado.

O cumprimento das obrigações fiscais requer o conhecimento fiscal, esforço e acima de tudo, a motivação em resultado da complexidade subjacente e da ambiguidade das leis (Chattopadhyay e Das-Gupta, 2002). O cumprimento fiscal dos contribuintes pode ser obtido de duas formas: ou voluntariamente (cumprimento voluntário) ou coercivamente de forma forçada através da aplicação de sanções previstas na própria lei fiscal (cumprimento imposto ou forçado).

O incumprimento quando não intencional ou deliberado é designado por incumprimento involuntário. Esta distinção pode revelar-se importante para a AF já que o cumprimento coercivo pode trazer custos (OCDE, 2008). Oliver & Bartley (2005) referem que a aceitação de cada contribuinte em pagar impostos e a perceção de que o sistema fiscal é justo e equitativo é um importante meio de combate à evasão. A AF tenta fomentar o

cumprimento voluntário. Para tal, é importante compreender como é que os contribuintes tomam as suas decisões e encaram as regras perante a AF (Oliver & Bartley, 2005).

O estudo sobre o cumprimento fiscal e os seus custos são matérias que têm despertado interesse. Este estudo pode revelar-se uma tarefa complexa mas importante para a melhoria do funcionamento dos sistemas fiscais e o alcance dos seus objetivos. A AF deve procurar analisar as atitudes dos contribuintes numa tentativa de perceção do modo como atuam e respetivas motivações, estreitando relações entre as partes.

O estudo dos fatores que afetam o cumprimento fiscal revela-se importante para a compreensão do comportamento dos contribuintes face às obrigações fiscais. Esta informação torna-se relevante para os contribuintes, para os agentes económicos e para os legisladores (Chattopadhyay & Das-Gupta, 2002). Os custos de cumprimento quando demasiado elevados podem gerar efeitos económicos. Como consequência o cumprimento e as decisões dos agentes económicos, o investimento, a equidade fiscal, a competitividade e consequentemente o crescimento económico podem estar comprometidos. Por exemplo, países como a Austrália ou o Reino Unido têm a obrigatoriedade de apresentar estudos sobre custos de cumprimento antes de lançarem um novo imposto. Estes estudos são extremamente úteis para a conceção de novos impostos e para a sua aplicação (Chattopadhyay & Das-Gupta, 2002).

O cumprimento fiscal por parte dos contribuintes torna-se imperativo de forma a garantir um pleno funcionamento do sistema fiscal. A AF deverá dispor de estratégias de forma a evitar o incumprimento (OCDE, 2008).

2.2 – FRAUDE E EVASÃO FISCAL

A procura pela redução dos impostos a pagar é um fenómeno observado em qualquer sistema fiscal. “A fraude é para o imposto aquilo que a sombra é para o homem” (Ngaosyvathn, 1974), citado por (Santos, 2003, pg. 340). A fuga ao pagamento do imposto é um fenómeno de todos os tempos e de todos os lugares (Santos, 2003).

Os contribuintes na tentativa de pagamento de menos impostos podem consegui-lo de duas formas: através do contorno da própria legislação, por exemplo pelas lacunas, ou infringindo a lei.

Por fraude fiscal entende-se uma infração à lei, cometida com o objetivo de escapar à tributação ou lhe reduzir o montante (Santos, 2003). Verifica-se uma violação da lei, quer seja de forma direta, quer seja de forma indireta, através da omissão da obrigação no todo ou em parte. Daí obtém-se uma vantagem patrimonial indevida (Pereira, 2006). A fraude fiscal pode começar a habituar os contribuintes a viverem impunemente no desrespeito pela lei e a desvalorizarem os poderes públicos (Santos, 2003).

A evasão fiscal traduz-se na possibilidade de extrair vantagens fiscais de contratos feitos com o objetivo exclusivo de reduzir ou eliminar a carga tributária (Sanches, 2010). A evasão fiscal é apontada, hoje em dia, como um fenómeno crescente, sobretudo, em países com grande crescimento económico (Chau & Leung, 2009). Nem sempre é fácil atualizar as políticas fiscais com a mesma velocidade em que opera o crescimento económico, o que tem provocado o aumento do fosso entre os impostos devidos e os impostos cobrados – *Tax Gap*. Este fenómeno tem contribuído para uma preocupação dos governos em conseguir atenuá-lo e fazer cumprir voluntariamente as obrigações por parte dos contribuintes.

Estes fenómenos acarretam uma série de consequências negativas que se fazem notar na sociedade e na economia. Primeiramente podem afetar a solidez de um Estado, de um sistema económico e os objetivos traçados a partir daí. Podem favorecer a economia paralela, contribuindo para a redução das receitas fiscais e, afetando o desenvolvimento das atividades económicas, como por exemplo promovendo a concorrência desleal. Os contribuintes cumpridores ficam em desvantagem face aos evasivos não apenas pelo cumprimento da obrigação fiscal, mas por vezes, pelo agravamento dessa mesma obrigação (Santos, 2003).

Reconhece-se o desafio que o Estado enfrenta para tentar controlar a fraude e evasão fiscais, através do estabelecimento de um sistema de sanções penalizadoras para os evasivos e de políticas ativas que promovam o cumprimento fiscal voluntário. Mas neste propósito talvez seja de referir a importância da consideração de outras variáveis.

A introdução de alterações na lei com o objetivo de diminuir a fraude e evasão fiscal deve ser analisada cuidadosamente e não eliminada na medida em que pode contribuir para a complexidade fiscal. “Não se deve nunca gastar mais dinheiro a compreender e a cumprir com as obrigações do imposto do que a pagá-lo” (Gomes, 2008, pg. 62).

2.3 – FATORES QUE INFLUENCIAM O CUMPRIMENTO FISCAL

No estudo sobre o cumprimento fiscal, a primeira grande revisão de literatura (Richardson, 2006) foi conduzida por (Jackson & Milliron, 1986) que identificaram catorze fatores determinantes no cumprimento fiscal. Fischer, Wartick & Mark (1992) agruparam estes fatores criando assim o Modelo de Fischer, aplicado posteriormente por diversos autores em países desenvolvidos ((Andreoni, Erard, & Feinstein, 1998), (Ritsema, Thomas, & Ferrier, 2003), (Houston & Tran, 2001) ou (Richardson, 2006)). Segundo este modelo, o cumprimento das obrigações fiscais é influenciado por aspetos sócio económicos (onde se incluem os demográficos) e componentes psicológicas e comportamentais dos contribuintes. Jackson & Milliron (1986) agruparam os fatores em três grupos: os demográficos, os económicos e os psicológicos e/ou comportamentais que discriminaremos em seguida.

2.3.1 – FATORES DEMOGRÁFICOS

As variáveis demográficas que afetam o cumprimento das obrigações fiscais dos contribuintes são: a idade, o género, a educação e a ocupação (Jackson & Milliron, 1986).

Na maioria dos estudos, a idade apresenta uma relação positiva com o cumprimento fiscal. Andreoni *et al.* (1998) concluíram que os contribuintes ou chefes de família com mais de 65 anos são os mais cumpridores, fruto de uma maior vivência, maior responsabilidade e de um maior receio de sanções. Tittle (1980) conclui que os contribuintes mais novos são mais desafiadores do risco, não se importando de corrê-lo, sendo também menos sensíveis às sanções. Este tipo de comportamento é explicado por Tittle (1980) como reflexo da época em que foram criados, originando diferenças sociais e psicológicas naturais entre gerações (diferenças de geração).

Tittle (1980) refere que os contribuintes do género feminino apresentam um maior nível de cumprimento fiscal. As mulheres identificam-se mais com as regras, com a moral vigente e com o conservadorismo sendo por isso são mais cumpridoras. Contudo, é de notar que um estudo de Houston & Tran (2001) refere que a evasão fiscal tem tido um maior aumento por parte das mulheres. A crescente inserção das mulheres na vida ativa de um país tem contribuído para a diminuição das diferenças entre os géneros.

Jackson & Milliron (1986) referem que o nível de educação dos contribuintes explica a sua capacidade e perceção de compreender e cumprir as obrigações fiscais. Quanto maior o nível de educação maior será, à partida, a apetência para a compreensão de sistemas mais complexos. Jackson & Milliron (1986) discutem ainda que o grau de educação tem duas componentes: o grau de conhecimento fiscal e o grau de conhecimento relativo às oportunidades de incumprimento. Aumentar o grau de conhecimento das oportunidades de incumprimento pode conduzir a uma influência negativa do nível de educação no cumprimento fiscal. Chan & Troutman (2000) referem que o nível de educação afeta diretamente a probabilidade de cumprimento fiscal. Os contribuintes com maior grau de formação podem revelar-se os mais exigentes perante a AF, pelo que o efeito do nível de educação no cumprimento fiscal nem sempre é positivo.

A ocupação ou profissão também é indicada como fator explicativo do cumprimento fiscal. Andreoni *et al.* (1998) salientam que a evasão e a fraude fiscais são mais visíveis nos trabalhadores por conta própria.

2.3.2 – FATORES ECONÓMICOS

Nos aspetos económicos, Jackson & Milliron (1986) apontam como fatores influenciadores do cumprimento fiscal: o nível de rendimento, a sua fonte, as taxas e as taxas marginais de impostos e ainda as sanções e a probabilidade de deteção.

Jackson & Milliron (1986) referem que o nível e a fonte de rendimento do contribuinte influenciam o seu grau de cumprimento fiscal. Regra geral, os mais cumpridores são os contribuintes com nível de rendimento médio, ou seja, nem muito baixo, nem muito elevados. Os que apresentam rendimentos mais baixos ou muito elevados têm mais tendência para a fraude fiscal. No entanto, a problemática da evasão e da fraude fiscal

existe em praticamente todas as faixas de rendimento. A maior taxa de incumprimento verifica-se quando o contribuinte desenvolve uma atividade por conta própria, a partir da qual gera os seus rendimentos e onde existem múltiplas formas de oportunidades de incumprimento (Houston & Tran, 2001).

As taxas e as taxas marginais de impostos são outro fator indicado como influenciador do grau de cumprimento fiscal. Estudos empíricos revelam resultados diferentes relativamente ao impacto que estas variáveis têm no cumprimento fiscal. Clotfelter (1983) e Mason & Calvin (1984) encontraram uma relação positiva. Feinstein (1991) e Christian & Gupta (1993) encontram uma relação negativa entre as taxas marginais e o grau de cumprimento fiscal. Richardson (2006) argumenta que não existe correlação entre as taxas marginais e o nível de rendimento. Jackson & Milliron (1986) indicam que as taxas de imposto, a probabilidade de deteção do incumprimento e a aplicação de sanções incrementam o cumprimento fiscal. Fischer *et al.* (1992) afirmaram que a eficácia do sistema fiscal é afetada pela sua complexidade e pela probabilidade de descoberta e da aplicação de sanções. O incumprimento tende a aumentar sempre que o benefício económico que daí resultar for superior à sanção aplicada no caso de descoberto o incumprimento (Allingham & Sandmo, 1972).

Os modelos económicos tradicionais sobre o comportamento do contribuinte são baseados nas teorias da dissuasão e na teoria da utilidade esperada. Allingham & Sandmo (1972) apresentaram o primeiro modelo teórico formal (modelo A-S) acerca do cumprimento fiscal. Este modelo procura explicar a atitude de cumprimento ou incumprimento fiscal do contribuinte em função da probabilidade de deteção pelas autoridades fiscais e das sanções aplicáveis ao seu incumprimento. Ou seja, o contribuinte racional optará pelo incumprimento, sempre que o benefício económico do incumprimento for superior ao custo da probabilidade de deteção e às sanções associadas – teoria da utilidade esperada.

Contudo os modelos económicos tradicionais não tomam em consideração o acesso dos contribuintes a benefícios em troca dos impostos pagos. Ao receberem esses benefícios os contribuintes racionalizam a sua escolha e observam a equidade aí presente. Ou seja nem todos os contribuintes praticam fraude fiscal.

Os modelos económicos tradicionais não explicam as motivações comportamentais dos contribuintes. Os contribuintes não reagem apenas aos fatores de dissuasão tradicionais,

como por exemplo, as multas e a probabilidade de deteção. Wenzel (2005) refere que as perceções que os contribuintes têm da aplicação da justiça e da equidade ao nível individual, do grupo ou da sociedade podem ter impacto no cumprimento fiscal. A necessidade do estudo destas questões tem conduzido a estudos com base em modelos mistos onde as variáveis demográficas e económicas deixam de ser objeto de estudo exclusivo e passam a ser tomados em consideração aspetos comportamentais como a equidade ou a moral tributária.

2.3.3 – FATORES COMPORTAMENTAIS E/OU PSICOLÓGICOS

Jackson & Milliron (1986) referem a equidade, os contactos com a AF, o comportamento dos pares, a moral tributária e a complexidade como fatores que ajudam a explicar o comportamento dos contribuintes. Fischer *et al.* (1992) resumem-nos a dois fatores: a justiça ou equidade do sistema fiscal e a influência de pares.

Chau & Leung (2009) concluíram que equidade diminui com o incumprimento. O princípio da equidade exige que os impostos sejam estabelecidos de forma justa (Pereira, 2006). Jackson & Milliron (1986) analisaram esta equidade em duas dimensões. A equidade horizontal onde contribuintes em iguais circunstâncias devem ser objeto de idêntico tratamento fiscal. A equidade vertical onde contribuintes com diferentes capacidades contributivas devem ser tributados de forma desigual – tributação progressiva (Pereira, 2006). Se os contribuintes se aperceberem que ao pagarem os seus impostos não recebem as contrapartidas que consideram justas, vão acabar por sentir um desconforto social, desenvolvendo um sentimento de injustiça. Se acreditarem que o sistema fiscal é justo a sua predisposição para pagar os seus impostos será maior.

Para além do conhecimento fiscal dos contribuintes, também a relação que tem com a AF influencia o seu comportamento. Existe um contrato, ainda que implícito entre o Estado e o contribuinte que modela esta relação (Torgler, 2002). O cumprimento voluntário pode ser fomentado pela existência de uma boa relação entre o Estado (através dos funcionários da AF) e os contribuintes (Alm, Martinez-Vasquez e Schneider, (2004). A melhoria da qualidade desta relação requer uma compreensão dos comportamentos dos contribuintes (Moscovici, 2001). Se ambas as partes tiverem perceções semelhantes de tributação a relação torna-se mais fácil, assentando esta relação numa base de confiança mútua e

vontade de cooperação. Contudo esta relação para ter sucesso depende de ambas as partes. Neste contexto, as ações positivas levadas a cabo pelo Estado devem servir como indutoras de atitudes e compromissos positivos por parte dos contribuintes para com o cumprimento das obrigações fiscais perante o sistema fiscal (Smith, 1992 e Smith & Stalans, 1991). O Estado ao promover um sistema justo e transparente, espera que os contribuintes estejam com maior disposição para o cumprimento das obrigações fiscais fomentando a moral tributária. Uma relação saudável entre as partes aumenta a moral tributária, e consequentemente, o cumprimento fiscal (Jackson & Milliron, 1986).

As vivências e aprendizagem com os pares, como amigos, familiares ou colegas, podem influenciar os comportamentos relativos ao cumprimento fiscal, conduzindo a um maior incumprimento (Jackson & Milliron, 1986). A aprendizagem com os pares pode ajudar o contribuinte a descobrir formas de não declarar todos os rendimentos, reduzir o risco de ser detetado ou reduzir a probabilidade de ser descoberto. Estes fatores podem contribuir para o aumento da fraude fiscal, com os contribuintes a praticarem novas formas de fuga na declaração ou no cumprimento das suas obrigações fiscais.

A moral tributária é um fator importante no cumprimento fiscal (Torgler & Macintyre, 2007). A moral tributária é uma característica intrínseca que se refere ao cumprimento das obrigações legais por parte de cada um de nós (Feld & Frey, 2002). Wenzel (2005) define este conceito como a crença pessoal de cada contribuinte da existência de um imperativo moral para ser honesto nos assuntos fiscais. Esta moral assume uma importância extrema no cumprimento das obrigações fiscais podendo ser determinante para explicar o cumprimento fiscal. Esta característica pode ser completamente diferente consoante o ambiente em que é observada. Um estudo realizado por Riahi-Belkaoui (2004) concluiu que economias com maior liberdade económica são aquelas onde se verifica maior grau de cumprimento fiscal. O que leva os contribuintes a serem mais cumpridores com a AF? A moral tributária, ou seja, o que lhes está intrínseco, o compromisso da responsabilidade, o respeito pelas leis, ou ainda e também a falta de oportunidades para o cumprimento (Graetz, Reinganum, & Wilde, 1986). Quando estes fatores perdem relevância, a moral tributária diminui (Benabou, 1996).

Song & Yarbrough (1978) desmistificaram a importância da complexidade como fator de cumprimento, construindo a sua pesquisa através da assunção de que a complexidade e a equidade são fatores suscetíveis de lacunas fiscais. A complexidade de um sistema fiscal

pode ter efeitos adversos no cumprimento fiscal (Chattopadhyay e Das-Gupta, 2002). Richardson (2006) demonstra que a complexidade é um fator determinante e o mais importante na determinação da fraude e evasão fiscal. Ele encontra uma relação positiva entre ambas. Quando a complexidade fiscal de um sistema fiscal aumenta, aumenta também a fraude e a evasão fiscal. Mckerchar (2007) indica que o aumento da complexidade tem um efeito negativo no cumprimento fiscal.

No quadro 2 apresentam-se resumidamente os fatores identificados como explicativos do cumprimento fiscal de acordo com o tipo, a relação e o autor.

Quadro 2 – Resumo dos Fatores Explicativos de Cumprimento Fiscal

Tipo	Fator	Relação	Fonte
DEMOGRÁFICOS	Idade	Os contribuintes mais velhos são mais cumpridores	Tittle (1980), Andreoni <i>et al.</i> (1998)
	Género	O género feminino é mais cumpridor	Tittle (1980), Houston & Tran (2001)
	Educação	Quanto maior o nível de educação, maior o conhecimento e compreensão das leis fiscais e maior o conhecimento das oportunidades de incumprimento	Chan & Troutman (2000)
	Ocupação	Atividades por conta própria geram maior incumprimento	Andreoni <i>et al.</i> (1998)
ECONOMICS	Nível de Rendimento	Os contribuintes com rendimentos médios são os mais cumpridores	Jackson & Milliron (1986)
	Fonte de Rendimento	Os contribuintes com rendimentos médios são os mais cumpridores	Jackson & Milliron (1986)
	Taxas/ Taxas marginais de impostos	Quanto maior o numero de taxas maior o cumprimento Quanto maior o numero de taxas maior o cumprimento	Clotfelter (1983) e Mason & Calvin (1984) Feinstein (1991) e Christian & Gupta (1993)
	Sanções	Quanto maior o nível de sanções, maior o cumprimento	Jackson & Milliron (1986), Fischer <i>et al.</i> (1992)
	Probabilidade de deteção	Quanto maior a probabilidade de deteção maior o cumprimento	Jackson & Milliron (1986), Fischer <i>et al.</i> (1992)

Tipo	Fator	Relação	Fonte
PSICOLÓGICOS / COMPORTAMENTAIS	Equidade	A percepção da não existência de equidade leva ao incumprimento	Jackson & Milliron (1986)
	Relação com a AF	Uma relação saudável com a AF fomenta o cumprimento fiscal	Jackson & Milliron (1986)
	Comportamento dos pares	A influência dos pares pode conduzir ao incumprimento	Jackson & Milliron (1986)
	Moral tributária	Quando perde relevância pode conduzir ao incumprimento	Benabou (1996), Torgler e Macintyre (2007)
	Complexidade	Quanto maior a complexidade, maior o incumprimento	Chattopadhyay e Das-Gupta (2002), Mckerchar (2007)

Fonte: Elaboração própria

O estudo dos fatores psicológicos e comportamentais têm vindo a ganhar importância e relevância nos últimos anos. A complexidade é um fator psicológico já assumido na literatura como determinante no cumprimento fiscal. Este fator deverá ser tido em conta como explicativo do comportamento dos contribuintes e no seu modo de estar e de agir no sistema fiscal. Definiremos de seguida o que é um sistema fiscal os princípios básicos de tributação a ele subjacentes.

3 – CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA FISCAL

3.1 – DEFINIÇÃO DE SISTEMA FISCAL

A definição básica de sistema fiscal passa pelo agrupamento de um conjunto de impostos vigentes num dado espaço geográfico. Um sistema fiscal é um conjunto de impostos enquadrados numa dada realidade, com determinados fins (Santos, 2003) reportando-se ao domínio normativo, ou seja, à legislação fiscal existente (Pereira, 2006).

O Estado através das políticas fiscais consegue influenciar a realidade económica, criando assim uma relação de causa-efeito: o sistema fiscal é influenciado pela realidade económica, mas também serve de instrumento de intervenção sobre essa mesma realidade (Pereira, 2006). É, pois, um sistema aberto, que interage com o meio envolvente onde está inserido.

É a partir desta envolvimento que derivam duas características: os objetivos e a globalidade. “Os impostos são envolvidos numa forma globalmente coerente em face dos objetivos” (Pereira, 2006, pg. 60). Um sistema fiscal como conjunto de impostos deve ser dotado de um nível mínimo de coerência e organização (Santos, 2003).

3.1.1 – PRINCÍPIOS DE TRIBUTAÇÃO NO SISTEMA FISCAL

O sistema fiscal ideal pode ser difícil de alcançar. Os princípios de tributação convenientemente agregados podem configurar o sistema fiscal ideal (Santos, 2003). Na literatura são apontados de forma consensual três princípios fundamentais de um sistema fiscal. Pereira (2006) refere que qualquer reforma fiscal deve ter em conta: a equidade⁴, a eficiência e a simplicidade. Mckerchar (2007) considera como características desejáveis de um sistema fiscal a eficiência, a justiça e simplicidade, sendo a justiça o mais desejável seguido da simplicidade. Lopes (2008) refere os seguintes critérios para julgar um sistema fiscal: equidade, neutralidade, facilidade de aplicação e simplicidade. James & Edwards (2008), Chattopadhyay & Das-Gupta (2002) e Oliver e Bartley (2005) referem que na conceção e no desenvolvimento do sistema fiscal a simplicidade é um fator chave. Contudo

⁴ O conceito de equidade é referido como sinónimo de justiça. Equidade deriva do étimo latino *aeques* que significa *igual* ou *justo* (Santos, 2003). Na literatura é comum o uso de ambas as expressões.

esta simplicidade deve ser equilibrada por critérios de eficiência e equidade. A simplicidade do sistema fiscal pode por si só representar efeitos adversos no cumprimento fiscal.

Contudo, também é reconhecido que relação entre estes princípios pode ser conflituosa: um imposto justo pode não ser um imposto simples e muitas vezes os objetivos económicos prosseguidos por um imposto implicam quebras no princípio da equidade (Pereira, 2006). Mckerchar (2007) também reconhece eventuais conflitos nesta relação.

Um sistema fiscal deve caminhar para a simplicidade de forma eficiente, contribuindo assim para o cumprimento por parte dos contribuintes e para a geração de valor acrescentado. Não deve ser o resultado de decisões isoladas, mas sim um conjunto de ideias organizadas e seleccionadas de forma coerente.

Vamos de seguida analisar cada um dos princípios referidos.

“A simplicidade do sistema fiscal desempenha um papel fundamental em termos de relação entre o fisco e os contribuintes, sendo uma das condições de aceitação do sistema para o poder ser compreendido...” (Pereira, 2006, pg. 73). A simplicidade é uma característica essencial ao funcionamento de um sistema fiscal sendo um dos meios mais eficazes de combate à fraude e evasão fiscal (Pereira, 2006). Contudo, esta simplicidade pode não ser compatível com sistemas fiscais de países desenvolvidos “alguma complexidade é inevitável aos outros princípios de tributação: equidade e eficiência económica” (Pereira, 2006, pg. 74).

Um sistema fiscal simples será mais fácil de compreender e diminuirá os custos, sejam eles de administração (os custos de gestão e de cobrança do sistema fiscal) ou de cumprimento (os custos que englobam os encargos resultantes das obrigações fiscais). James *et al.* (1997) salientam que a simplificação tributária é necessária, mas não é só por si suficiente para diminuir os custos de cumprimento. Os mesmos autores referem que uma política fiscal demasiado simples tem altos custos de cumprimentos.

Kaplow (1995) e Glassberg (1995) dão conta que uma tributação simples não consegue abordar todas as questões subjacentes, como por exemplo as bases tributárias ou as isenções, uma vez que sistemas fiscais demasiado simples não conseguem resolver

demasiadas exceções. Para além disso também podem abrir caminho a lacunas conduzindo a um cenário de incerteza e a maiores custos psicológicos por parte do contribuinte.

A simplificação fiscal pode representar por si só uma questão complexa. A complexidade crescente das economias modernas e a premissa que os governos prossigam as suas políticas económicas e sociais despoletam o aumento da complexidade de um sistema fiscal. O nível ideal de simplicidade é portanto uma questão complexa e pode variar de acordo com as prioridades políticas e económicas. "Não há possibilidade de determinar um sistema fiscal bom independentemente de uma consideração dos interesses e valores das pessoas que constituem a política" (*Investment Climate Advisory Services*, 2009, pg. 15). No entanto, tem existido uma tendência consensual de opiniões para a solução do problema de complexidade: esta complexidade é essencialmente uma questão de simplificação da legislação tributária (James & Edwards, 2008).

A simplificação fiscal não é por si só um fim, mas antes um meio para o atingir de uma maior transparência, previsibilidade e justiça do sistema fiscal. É inútil acreditar que a simplificação do sistema fiscal irá simplificar as complexidades do próprio país (*Investment Climate Advisory Services*, 2009).

A respeito da simplificação, O'Connor (2010) sugere a criação de um estatuto único onde constem as regulamentações comuns aplicáveis a diferentes impostos. Assim seria eliminada a dupla regulamentação deixando cada especificidade inerente para cada imposto. Propõe ainda a criação de um grupo de trabalho para testes que dê a conhecer a vulnerabilidade e os custos da legislação fiscal tendo em conta a simplificação fiscal. Evans (2012) propõe a criação de um projeto onde os cidadãos sejam colocados a lidar mais facilmente com questões fiscais e com maior transparência. Para este projeto lançou um conjunto de quatro questões a que pretendia dar resposta. A primeira questão procurava saber como é que o recurso ao uso das tecnologias e uma mais eficiente coordenação de gestão das informações poderia melhorar a relação dos contribuintes com os impostos. A segunda está relacionada com as oportunidades e desafios em avançar com o pré-preenchimento das declarações de impostos. A terceira questão coloca o governo como capaz de prosseguir com o desenvolvimento de impostos *on-line*. Por fim a quarta questão questiona se o Governo conseguirá melhorar as experiências com os contribuintes através de melhores disposições do sistema fiscal. Deste debate resultaram duas grandes conclusões: a complexidade do sistema fiscal pode ser melhor ou mais bem gerida e, qual a

importância das atuais disposições institucionais para uma melhoria de resultados em termos da operação do sistema.

Uma relação de confiança e transparência entre o contribuinte e a AF é outro fator que tornará mais simples o sistema fiscal. Esta relação pode ser fomentada através da opinião dos contribuintes relativamente às propostas de legislação antes da sua aprovação ou da introdução de comentários sobre interpretações da lei fiscal. É essencial não defraudar as expectativas dos contribuintes (Lopes, 2003).

“O princípio da equidade exige que os impostos sejam estabelecidos de forma justa” (Pereira, 2006). Um sistema fiscal perfeitamente justo teria em conta a realidade pessoal e individual de cada um. Os encargos fiscais suportados por cada um estariam de acordo com a sua capacidade contributiva e a redistribuição seria feita a cada um de acordo com as suas necessidades específicas.

Aliada à simplicidade fiscal deverá existir a equidade. Os contribuintes devem conseguir sentir-se equitativos aceitando e compreendendo o sistema fiscal favorecendo o cumprimento. A estabilidade do sistema fiscal deverá refletir uma relação de colaboração entre o contribuinte e a AF minimizando incertezas e custos de adaptação (Santos, 2003).

Os sistemas fiscais na sua forma mais simples têm como objetivo a promoção da equidade vertical e horizontal, o equilíbrio entre a capacidade de pagamento e os benefícios recebidos dos contribuintes, a redistribuição da justiça em função das exceções, isenções, deduções e taxas especiais de forma a adequar a capacidade dos contribuintes em pagar os impostos e a variação da influência política (Steinmo, 1993).

Mas não é fácil a definição do que é um sistema fiscal justo. Santos (2003) indica dois critérios de justiça fiscal para tentar explicar o que é um sistema fiscal justo. Por um lado, o princípio do benefício, ou seja o preço dos serviços que o estado presta aos contribuintes. Por outro, o princípio da capacidade contributiva ou seja a repartição dos impostos de acordo com a capacidade económica e não com o grau de satisfação dos contribuintes.

A Constituição da República Portuguesa (CRP)⁵ no n.º 5 do art.º 267.º refere que a eficiência, enquanto requisito constitucional “... assegurará a racionalização dos meios a

⁵ VII Revisão Constitucional (2005)

utilizar pelos serviços...” Assim, para que o sistema fiscal seja eficiente os impostos não devem interferir com os objetivos dos agentes económicos (Pereira, 2006). Este princípio está fortemente relacionado com o princípio da neutralidade, anteriormente apontado por (Lopes, 2008). Um sistema fiscal eficiente só o poderá ser se for também neutro. O objetivo é assegurar a minimização de eventuais distorções. Qualquer alteração no nível de rendimentos poderá provocar um efeito rendimento e um efeito substituição. O efeito rendimento resulta da criação de um imposto e da diminuição de rendimento disponível e poder de compra dos contribuintes. Por outro lado, à que ter em conta o efeito substituição. As alterações fiscais podem conduzir o contribuinte a substituir uma atividade por outra ou o consumo de um bem por outro (Pereira, 2006).

“Um sistema fiscal eficiente constitui um dos principais instrumentos de intervenção do Estado e de credibilização da sociedade na promoção do desenvolvimento e da coesão, na redução das desigualdades e na luta contra a exclusão, contribuindo para a criação de uma cidadania ativa assente na equidade e na justiça” (Silva, 2010).

O sistema fiscal e os princípios de tributação a ele subjacentes devem promover o cumprimento voluntário. A fraude e a evasão fiscal são comportamentos que pela sua natureza podem influenciar a estabilidade de um sistema fiscal.

3.2 – O SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS

O sistema fiscal português é caracterizado por uma diversidade de impostos. As bases tributárias incidem sobre o consumo, o património e o rendimento.

Nos impostos sobre o consumo são tributados, em primeira instância, em sede de IVA (imposto sobre o valor acrescentado) “as transmissões de bens e as prestações de serviços efetuadas no território nacional, a título oneroso, por um sujeito passivo agindo como tal” – Art.º nº 1, 1, a) do CIVA (código do IVA). Existem ainda impostos especiais sobre o consumo. São eles o IABA – imposto sobre o álcool e as bebidas alcoólicas, o ISP – imposto sobre os produtos petrolíferos e o IT – imposto sobre o tabaco.

Os impostos sobre o património são o IMI – imposto municipal sobre os imóveis e o IMT – imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis.

Os impostos sobre o rendimento são dois: O IRS e o IRC – imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.

A grande diversidade de impostos e consequentemente de taxas, isenções, exceções, benefícios, etc., tem contribuído para a complexidade fiscal em Portugal. Como já referido anteriormente, o relatório SGI 2011 (Bruneau, Jalali, & Colino, 2011) caracteriza o ambiente legal português como muito complexo. Os legisladores fiscais estão conscientes de que cada vez mais é necessário realçar a simplicidade. Não basta alterar a forma de tributação (Lopes, 2003). Por isso, importa conhecer as características do sistema fiscal português.

A carga fiscal em Portugal tem aumentado ao longo dos últimos vinte anos. Este aumento deveu-se principalmente ao aumento de gastos públicos (Lopes, 2003). Este crescimento ocorreu principalmente nas receitas dos impostos sobre o rendimento e nos impostos sobre o consumo. A carga fiscal em Portugal representava em 2010 cerca de 31% do PIB, conforme tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Receitas fiscais totais em % do PIB

País / Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Dinamarca	48	49	50,8	49,6	48,9	48,1	48,1	48,2
Suécia	47,8	48,1	48,9	48,3	47,4	46,4	46,7	45,8
Bélgica	44,3	44,5	44,6	44,2	43,6	44,1	43,2	43,8
Itália	41,7	41	40,8	42,3	43,4	43,3	43,4	43
França	43,3	43,6	44,1	44,4	43,7	43,5	42,4	42,9
Noruega	42,3	43,3	43,5	43,9	43,6	42,9	42,9	42,8
Finlândia	44,1	43,5	43,9	43,8	43	42,9	42,6	42,1
Áustria	43,5	43	42,1	41,5	41,8	42,8	42,7	42
Estónia	30,8	30,6	30,6	30,7	31,4	31,7	35,9	34
Portugal	31,6	30,4	31,2	31,9	32,5	32,5	30,6	31,3
Canadá	33,7	33,6	33,4	33,3	33	32,2	32	31
Turquia	25,9	24,1	24,3	24,5	24,1	24,2	24,6	26
Coreia	24	23,3	24	25	26,5	26,5	25,5	25,1
E.U.A	25,5	25,7	27,1	27,9	27,9	26,3	24,1	24,8
Chile	19,3	19,8	21,6	23,2	24	22,5	18,4	20,9
México	17,4	17,1	18,1	18,2	17,7	20,9	17,4	18,1
OECD-Total	34,5	34,4	35	35,1	35,2	34,6	33,8	..

Fonte: www.oecd-library.org

Portugal ocupa um lugar central na tabela acima. Os países nórdicos como a Dinamarca e a Suécia são os que apresentam uma maior carga fiscal. No lado inverso destacam-se os países do continente americano, como o México ou o Chile com cargas fiscais das mais baixas, de acordo com a OCDE. Portugal está ao nível de países como o Canadá ou países europeus de leste.

Os impostos, ainda que aplicados de forma diferente são resumidos pela OCDE em quatro tipos: os impostos sobre o rendimento, sobre o património, sobre o consumo e as contribuições para a segurança social. A importância de cada imposto varia de país para país. A tabela 2 apresenta percentagem de receitas fiscais por tipo de rendimento, demonstrando dependência de cada país face a cada tipo de impostos.

Tabela 2 – Receitas fiscais por tipo de rendimento em % das receitas totais (2010)

País/ Tipo de rendimento	Rendimento	Segurança Social	Propriedade	Consumo
Chile	38,42	6,89	3,62	51,35
República Checa	20,10	44,70	1,27	33,36
Dinamarca	61,33	2,10	4,00	31,69
Estónia	19,98	38,70	1,06	39,78
Japão	50,26	0,00	16,98	32,25
México	28,86	15,96	0,00	54,25
Nova Zelândia	53,83	0,00	6,89	39,27
Portugal	27,06	28,77	3,79	39,58
República Eslovaca	18,06	43,30	1,48	36,39
Eslovénia	20,22	40,28	1,64	37,33
Suíça	47,50	23,29	7,43	21,78
E.U.A.	42,97	26,18	12,92	17,93

Fonte: www.oecd-library.org

Pela observação da tabela, destaca-se o elevado peso dos impostos sob o consumo no nosso país, contrariamente a países como Nova Zelândia, Inglaterra, EUA ou Canadá. A dependência deste imposto deve-se principalmente ao alargamento da sua base nomeadamente em relação aos impostos sobre produtos petrolíferos, automóveis e tabaco. As contribuições para a segurança social são a segunda maior fonte de receita, seguida dos impostos sobre o rendimento. Concluimos que embora os impostos sobre o PIB sejam semelhantes a outros países, a composição é diferente.

O relatório SGI 2011 (Bruneau *et al.*, 2011) conclui que as políticas fiscais em Portugal são definidas à medida das necessidades orçamentais, não abordando muitas das vezes uma questão fundamental: a evasão fiscal.

3.1.2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNÇÕES DA AF

O objetivo do sistema fiscal português está consagrado na CRP através do Art.º 103º: “O sistema fiscal visa a satisfação das necessidades financeiras do Estado e outras entidades públicas e uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza.”

A AF é o organismo, ou um conjunto deles a quem compete fazer cumprir o sistema fiscal, dispondo dos meios para colocá-lo em prática (Santos, 2003).

A Administração Fiscal Portuguesa⁶ está organizada numa estrutura vertical com diferentes organismos e serviços integrados no Ministério das Finanças e da Administração Fiscal (MFAF) o qual contém um departamento de assuntos fiscais (*The Portuguese Tax System*, 2009). A missão do MFAF passa pela “gestão racional e a valorização dos recursos públicos (recursos humanos, financeiros, patrimoniais e informacionais), a eficiência e equidade na sua obtenção e na sua gestão, a formação e a capacitação de todos aqueles que para eles contribuem e a melhoria dos seus sistemas e processos de organização e gestão” (Org, 2006, pg. 1)⁷. Os principais serviços da AF são os seguintes: direção geral dos impostos (DGCI), direção geral das alfândegas e impostos especiais sobre o consumo (DGAIEC) e direção geral de informática e assistência aos Serviços Tributários e Aduaneiros (DGITA) (*The Portuguese Tax System*, 2009). A DGCI é um serviço do Ministério das Finanças responsável pela gestão dos impostos sobre o rendimento, da riqueza e dos impostos gerais sobre o consumo em conformidade com as políticas fiscais determinadas pelo governo e tem autonomia administrativa (Org, 2007)⁸. A DGCI está sob a supervisão do Ministro das Finanças e é assistido por oito subdiretores. DGAIEC é um

⁶ Atualmente em Portugal a *Administração Fiscal* designa-se *Autoridade Tributária e Aduaneira*. Contudo é recorrentemente referido na literatura a designação *Administração Fiscal*. Por uma questão de coerência optámos pelo uso desta expressão.

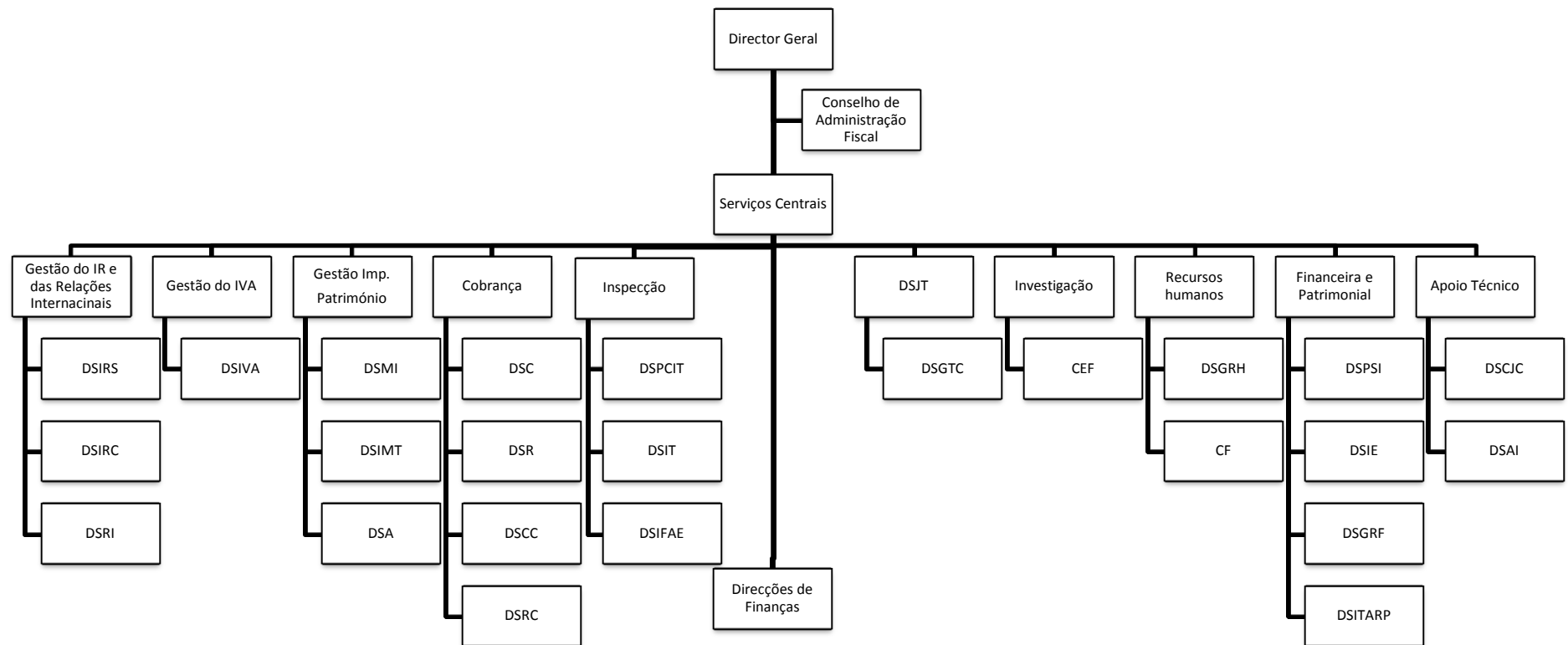
⁷ De acordo Decreto – Lei nº 205/2006 que aprova a Lei orgânica do MFAF.

⁸ De acordo Decreto – Lei nº 81/2007 que aprova a Lei orgânica da DGCI.

serviço do MFAF, que em conformidade com as políticas fiscais determinadas pelo governo e pela legislação europeia tem o poder de controlar a fronteira externa da comunidade e os impostos nacionais sobre o consumo para fins fiscais e económicos e proteção social, nomeadamente cultural e segurança pública. Tem ainda o poder de administrar os impostos sob o consumo. Tem a supervisão do Ministro das Finanças e é assistido por quatro subdiretores. O DGITA é também um serviço do MFAF responsável pelo apoio à DGCI e à DGAIEC na área dos sistemas de informação e tecnologia. Tem a supervisão do Ministro das Finanças e é assistido por dois subdiretores (Org, 2007), (*The Portuguese Tax System*, 2009).

A figura 1 apresenta o atual organograma da AF portuguesa.

Figura 1 – Organograma da AF Portuguesa



Fonte: Adaptado de portaldasfinancas.gov.pt

Compete à DGCI, relativamente aos impostos por ela administrados: garantir a liquidação e cobrança de impostos, promover a sua correta aplicação da legislação e das decisões administrativas, informar os contribuintes das suas dívidas perante a AF e promover a ligação entre ambos, realizar ações de auditorias fiscais a fim de combater a fraude e a evasão fiscal, realizar procedimentos de justiça tributária e assegurar a representação do tesouro junto dos corpos judiciais, garantir a implementação dos acordos e convenções internacionais, particularmente nos acordos de dupla tributação, contribuir para o aumento da eficiência do sistema fiscal, através da aplicação apropriada de medidas normativas, técnicas e organizacionais, cooperar com a AF de outros estados, participando no trabalho desenvolvido por entidades internacionais, nomeadamente na área fiscal, promover e garantir as relações com os produtos nacionais e a realização de estudos na área fiscal, contribuir para a pesquisa científica no campo da tributação de forma a obter uma melhoria em práticas de tributação. Assim, a DGCI desenvolve as suas atividades nas seguintes áreas: liquidação e cobrança de impostos, inspeção e auditoria, contencioso tributário e estudos fiscais (Org, 2007), (*The Portuguese Tax System*, 2009).

O corpo superior da DGCI é responsável pela aplicação e controlo das políticas públicas definidas pelo governo na área tributária. É constituída pelos seguintes organismos: serviços centrais e serviços descentralizados (serviços regionais e serviços locais) (Org, 2007). Os serviços centrais operam diretamente com o diretor geral e tem competência para preparar as decisões com vista à aplicação das leis fiscais a nível nacional, a coordenação e controlo das ações da AF e nos próprios serviços. Os serviços descentralizados (regionais e locais) são designados para garantir a prossecução nas suas tarefas respetivas na área da jurisdição. Aqui são considerados os serviços distritais e locais. Os serviços distritais são unidades intermediárias para a decisão, direção e suporte dos serviços locais situados nas áreas de tributação, sendo igualmente responsáveis por funções executivas, as quais por razões hierárquicas estão fora do âmbito das suas próprias competências. Os serviços locais estão situados basicamente nos municípios. Eles são, pela sua própria natureza os corpos da AF responsáveis pela implementação das operações necessárias para a verificação da situação fiscal dos contribuintes e pelo estabelecimento dos impostos a pagar, incumbe-lhes também os serviços complementares da AF (*The Portuguese Tax System*, 2009).

A DGCI incorpora também o conselho da AF, presidido pelo diretor e subdiretores, diretores dos serviços distritais de Lisboa e do Porto, bem como pelo diretor do centro de estudos fiscais. Este conselho opera ao nível da decisão, nomeadamente na aprovação de: regras internas da DGCI, projeto de operações e reporte, apropriação e contas, projeto anual de formação profissional e ainda o projeto de declaração social. Este conselho opera por níveis de consulta, nomeadamente mediante a emissão de pareceres de especialistas em diferentes assuntos relativos à AF e gestão do serviço competente como pode ser submetido a ela, em relação aos recursos humanos, serviços de organização e instruções gerais, destinados a tornar o cumprimento da legislação e dos procedimentos fiscais uniformes (Org, 2007).

Os serviços centrais da DGCI compreendem atualmente 75 unidades orgânicas⁹.

3.2 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS)

“The hardest thing in the world to understand is the income tax”—Albert Einstein

“O imposto sobre o rendimento pessoal visa a diminuição das desigualdades e será único e progressivo, tendo em conta as necessidades e os rendimentos do agregado familiar” – Art.º 104 CRP.

A tributação do rendimento de pessoas singulares baseia-se em princípios de equidade, eficiência e simplicidade, tentando diminuir a fraude e evasão fiscal (Org, 2011). Uma relação saudável entre a AF e contribuintes pode significar o caminho certo para o sucesso. O atual código do IRS (CIRS) refere que “torna-se indispensável corresponder aos imperativos de aperfeiçoamento da administração e da justiça fiscais, de renovação das mentalidades quanto ao cumprimento dos deveres tributários e de melhoria do relacionamento entre o Estado e os contribuintes” (Org, 2011).

A atual tributação rendimento das pessoas singulares têm sido alvo de críticas pelo conjunto de características que o definem e que continuam a não contribuir para a sua simplificação, mas antes para uma maior complexidade. A atual complexidade resulta em grande parte das diversas isenções e/ou benefícios fiscais existentes no sistema fiscal

⁹ Mais informação disponível em www.portaldasfinancas.gov.pt

(algumas delas herdadas de regimes anteriores) que tornam mais difícil o sistema e a compreensão dos contribuintes (Lopes, 2003).

A tabela 3 apresenta a previsão de recebimentos de impostos diretos do Orçamento de Estado (OE) para 2012.

Tabela 3 - Receitas previstas de impostos diretos para 2012

Imposto	Valor (em milhões de €)	%
IRS	9.532 m €	15%
IRC	4.755 m €	7%
Outros	50.052 m €	78%

Fonte: OE 2012

Os impostos sobre o rendimento (IRS e IRC) representam parte significativa nas receitas dos impostos diretos previstos no OE. Para 2012 o IRS representa previsivelmente 15% dos impostos diretos (Org, 2012, pg. 151)¹⁰, conforme se pode observar na tabela 3.

Apesar da relevância que ocupa nas receitas, a tributação sobre o rendimento mostra-se desajustada com a realidade económico-social do país (Org, 2011)¹¹. A excessiva complexidade, a desigualdade de tratamento entre contribuintes entre níveis comparáveis de rendimento, o estreitamento das bases de tributação, a instabilidade e a falta de coerência interna do regime das diferentes categorias fiscais e a deficiente articulação entre umas e outras tem contribuído para este desajuste (Org, 2011).

O CIRS à semelhança do código do IRC (CIRC) entrou em vigor a 1 de Janeiro de 1989, pelo Decreto-Lei 442 -A/88, de 30 de Novembro. Este imposto surgiu na sequência da abolição do imposto sobre a contribuição industrial, imposto sobre a indústria agrícola, imposto de mais-valias, contribuição predial, imposto de capitais, imposto complementar e o imposto de selo (Pereira, 2006). A alteração recente mais significativa foi introduzida pelo OE 2012 que aprovou uma sobretaxa extraordinária sobre os rendimentos sujeitos a IRS auferidos no ano de 2011.

¹⁰ A Lei nº 64-A/2011 aprova o OE para 2012.

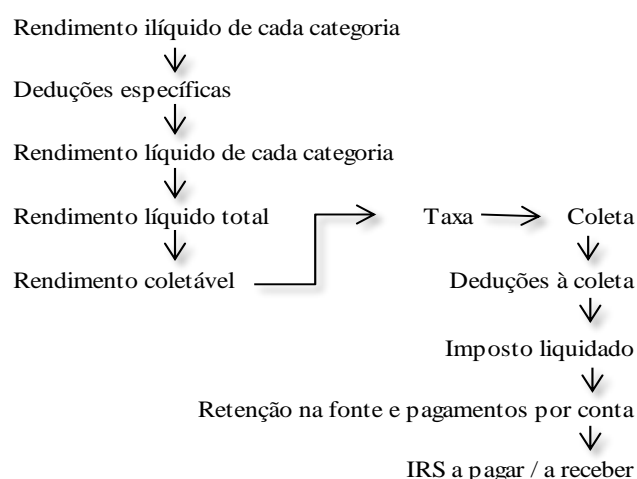
¹¹ A Lei nº 49/2011 aprova o CIRS para 2011.

O IRS incide sobre a totalidade dos rendimentos obtidos por pessoas singulares residentes em Portugal (incluindo os rendimentos do exterior) e por não residentes que recebem rendimentos tributáveis originados em Portugal. A tributação dos rendimentos varia consoante as diferentes fontes e tipos de atividade. A determinação do rendimento pode variar entre as diferentes categorias de rendimentos. O IRS incide sobre os rendimentos de pessoas singulares, agrupados em cinco categorias, às quais são efetuadas deduções. São tributados rendimentos em espécie ou em dinheiro, independentemente da forma como se obtém (inclusive os ilícitos também são tributados), do local, da moeda ou da forma. Por abranger um grande leque de rendimentos estes são agrupados em diferentes categorias. As categorias de rendimentos são: A – rendimentos de trabalho dependente; B – rendimentos empresariais e profissionais; E – rendimentos de capitais; F – rendimentos prediais; G – incrementos patrimoniais e H – pensões.

A tributação do rendimento das pessoas singulares é progressiva, ou seja, quanto maior o rendimento, maior a percentagem de imposto paga. No entanto, apesar de progressivo é necessário ter em conta as deduções fiscais que podem reduzir a progressividade efetiva do sistema de tributação deste imposto.

A figura 2 apresenta o esquema de apuramento de IRS.

Figura 2 – Esquema de apuramento de IRS



Fonte: Elaboração própria

A liquidação do imposto inicia-se com o somatório dos rendimentos ilíquidos de todas as categorias, ao qual são deduzidas as deduções específicas por sujeito passivo e por categoria. Ao rendimento apurado é aplicada a taxa para apuramento da coleta. Posteriormente são feitas as deduções à coleta. Está apurado o imposto a liquidar. A este valor são deduzidas as retenções na fonte e os pagamentos por conta apurando-se um saldo. O saldo, positivo ou negativo significará imposto a pagar ou a receber pelo contribuinte.

O CIRS estabelece obrigações acessórias de três tipos a que os sujeitos passivos estão obrigados: declarativas (de registo e periódicas), de pagamento e as contabilísticas, conforme a tabela 4.

Tabela 4 – Resumo das obrigações acessórias dos sujeitos passivos em IRS

Obrigações	Declaração	Legislação	(CIRS) Prazo
DE REGISTO	Início de atividade	Art.º 112, nº 1 Art.º 119	Cat. B – antes do início de atividade
	Alterações	Art.º 112, nº 2	15 dias, a contar da data de alteração 30 Dias, a contar da data de cessação da atividade
	Cessaçã	Art.º 112, nº 3	Pessoas Singulares – quando encerrar a atividade
PERIÓDICAS (ANUAIS)	Declaração anual de rendimentos (IRS) – Modelo 3	Art.º 60	Em papel: Março (rendimentos das categorias A e H) e Abril (nos restantes casos) Eletrónico: Abril (rendimentos das categorias A e H) e Maio (nos restantes casos)
CONTABILÍSTICAS	Informação empresarial simplificada (IESI)	Art.º 113	Até 15 de Julho
	Emissão de recibos e faturas	Art.º 115 Art.º 36, CIVA	Por cada transmissão de bens, prestação de serviços ou outras operações efetuadas

Fonte: CIRS e CIVA

A complexidade de um sistema fiscal pode assentar no número de leis, conforme referido. Em Portugal são muitas as leis, decretos-leis, portarias e outro tipo de legislação que regulam a tributação do IRS. O CIRS para além de ser atualizado todos os anos por via da

aprovação do OE sofre ainda um grande número de alterações nos mais variados pontos ou assuntos. Na tabela 5 estão algumas das recentes alterações ao CIRS.

Tabela 5 - Resumo de diplomas recentes que alteram o CIRS

Ano	Título	Descrição
2011	Lei n.º 64-B/2011 - 30/12	Orçamento do Estado para 2012.
	Portaria n.º 314/2011 - 29/12	Aprova a declaração modelo 10 do IRS e do IRC e as respetivas instruções de preenchimento.
	Portaria n.º 311-A/2011 - 27/12	Aprova os modelos de impressos a que se refere o n.º 1 do artigo 57.º do Código do IRS.
	Portaria n.º 311-B/2011 - 27/12	Aprova a declaração Modelo n.º 39 - Rendimentos e retenções a taxas Liberatórias - e respetivas instruções de preenchimento.
	Decreto Legislativo Regional n.º 20/2011/M - 26/12	Taxas do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares e do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.
	Portaria n.º 282/2011 - 21/10	Atualiza os coeficientes de desvalorização da moeda, a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2011.
	Lei n.º 49/2011 - 07/09	Aprova uma sobretaxa extraordinária sobre os rendimentos sujeitos a IRS auferidos no ano de 2011, alterando o CIRS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro.
2010	Lei n.º 55-A/2010 - 31/12	Orçamento do Estado Para 2011 Orçamento do Estado Para 2011.
	Portaria n.º 879-A/2010 - 29/11	Aprova os modelos oficiais do recibo designado de recibo verde eletrónico.
	Portaria n.º 785/2010 - 23/08	Atualiza os coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2010, para efeitos de determinação da matéria coletável do IRS
	Lei n.º 12-A/2010 - 30/06	Aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).
	Lei n.º 11/2010 - 15/06	Introduz uma nova taxa de IRS (no valor de 45 %) para sujeitos passivos ou agregados familiares que obtenham rendimentos anuais superiores a (euro) 150 000
	Lei n.º 3-B/2010 - 28/04	Orçamento do Estado para 2010

Fonte: portal das fincas.gov.pt

Damos por concluída a apresentação da revisão da literatura. De seguida procederemos a um estudo empírico sobre os fatores percecionados pelos contribuintes como fonte de complexidade na tributação do rendimento das pessoas singulares em Portugal.

III – ESTUDO EMPÍRICO

4 – METODOLOGIA E HIPÓTESES

4.1 – DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS DO ESTUDO

O objetivo central deste trabalho de investigação consiste na identificação e compreensão dos fatores que suportam o grau de complexidade percecionado pelos contribuintes relativamente à tributação do rendimento das pessoas singulares em Portugal.

Estes fatores são aferidos através da análise qualitativa de variáveis relativamente à complexidade fiscal identificadas na revisão da literatura.

Pretende-se com este estudo a resposta às seguintes questões:

- Como preenche um contribuinte a sua declaração de rendimentos?
- Quanto tempo gasta em média o contribuinte com o cumprimento das suas obrigações face ao IRS?
- Quais os motivos que originam o recurso à ajuda profissional no preenchimento da sua declaração de rendimentos?
- Quais as principais dificuldades sentidas no preenchimento da declaração de rendimentos?
- Qual a relação do contribuinte com a AF?
- Que perceções têm os contribuintes acerca do IRS: simples ou complexa?
- Quais as perceções dos contribuintes relativamente à equidade fiscal?

- Quais os fatores que influenciam o contribuinte na perceção do grau de complexidade na tributação do rendimento das pessoas singulares?

4.2 – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Na definição da metodologia tivemos em consideração os tipos de recolha de dados possíveis no estudo do comportamento dos contribuintes. Nos estudos desta natureza existem três fontes possíveis: os dados obtidos através da AF, os dados obtidos em ambiente de laboratório e os dados obtidos através da realização de questionários (Hill & Hill, 2005). A nossa escolha recaiu sobre o terceiro método indicado: a realização de questionários. Pareceu-nos o método mais adequado para a satisfação dos objetivos do trabalho, face aos recursos disponíveis.

Esta é uma investigação de carácter qualitativo, uma vez que pretende a identificação e apresentação de dados através de uma amostra e a sua generalização (Baptista & Sousa, 2011). Justifica-se a aplicação desta metodologia uma vez que já existem trabalhos empíricos realizados ((Richardson, 2006), (Riahi-Belkaoui, 2004), (Chau & Leung, 2009) que nos permitem ter fatores de partida para a análise deste tema.

4.3 – TÉCNICA ADOTADA NA RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS, VARIÁVEL DEPENDENTE, VARIÁVEIS INDEPENDENTES E TRATAMENTO DE DADOS

O instrumento base de recolha de dados é um questionário do tipo misto composto por questões fechadas e abertas, podendo alternar entre questões de resposta única e questões de resposta múltipla.

O questionário encontra-se dividido em quatro partes. A primeira destina-se a identificar as características demográficas e económicas do contribuinte, nomeadamente a idade, o género, o estado civil, o nível de educação, a fonte e o nível de rendimentos. A segunda parte está relacionada com o cumprimento das obrigações fiscais por parte do contribuinte e a forma de o realizar, bem como a aferição dos seus conhecimentos em IRS. Esta parte do questionário encontra-se subdividida em duas conforme os contribuintes que entreguem a declaração de rendimentos sozinhos ou recorram a ajuda a ajuda profissional. A terceira

parte do questionário procura caracterizar a relação entre os contribuintes e a AF e o seu comportamento perante esta. Por fim, a quarta parte tem como objetivo a caracterização do sistema fiscal pelo contribuinte e a sua complexidade.

Após a conclusão da elaboração do questionário foi feito o pré teste. O pré teste serviu para analisar o questionário em termos de linguagem e a avaliar o tempo despendido com o seu preenchimento.

O questionário foi distribuído presencialmente a cerca de 15 alunos no dia 14 de maio de 2012 precedido de uma breve explicação do conteúdo e dos objetivos do estudo. Não foram levantadas questões, nem em termos de linguagem nem em termos técnicos. O tempo de resposta foi de aproximadamente 10 minutos.

O tratamento de dados será feito através da aplicação de um modelo de regressão linear. O modelo de regressão linear procura estabelecer uma relação entre uma variável dependente e uma ou mais variáveis independentes, com base pressupostos de validação descritos aquando da apresentação dos resultados.

No modelo de regressão linear os β_i são designados de coeficientes de regressão e ϵ_i representam os erros ou os resíduos do modelo. Uma vez encontrados os betas podemos avaliar a influência quantitativa das variáveis independentes sobre a variável dependente, avaliando a sua influência e relação. Neste caso, o modelo apresenta diversas variáveis independentes designando-se por regressão linear múltipla (Marôco, 2010).

De acordo com a definição de complexidade fiscal apresentada no capítulo 1 da revisão da literatura, verificámos que este conceito não tem uma medida exata e única, antes é composto de um conjunto extenso de indicadores. Neste trabalho de investigação utilizamos como medida de complexidade fiscal um índice construído pela soma de um conjunto de indicadores de complexidade técnica e de complexidade psicológica. A composição deste índice respeita o quadro 1.

A variável dependente deste estudo é designada por Índice de Complexidade Fiscal (ICF). Este índice é obtido através da soma de dois outros índices: o índice de complexidade técnico (ICT) e o índice de complexidade psicológico (ICP). O ICT teve como base de cálculo a questão 14 do questionário. Este índice foi calculado com base numa média das

respostas destas questões, com exclusão da alínea g) *outro*, que não obteve qualquer resposta e por isso foi excluída.

O ICP teve como base de cálculo a questão 24 do questionário. Este índice foi obtido com base numa média entre as alíneas b), c) e d) desta questão. A operacionalização da variável dependente está exposta no quadro 3.

Quadro 3 – Operacionalização da Variável Dependente

Variável	Operacionalização das variáveis
ICF	ICT + ICP
ICT	<p>Relativamente ao preenchimento da sua declaração de rendimentos, teve dificuldade em: (escala de <i>likert</i> de 5)</p> <p>Pontos: 1 – nunca, 2 – quase nunca, 3 – às vezes, 4 – quase sempre, 5 – sempre</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Identificar o sujeito passivo b) Identificar a categoria de rendimentos c) Identificar as deduções específicas de cada categoria de rendimentos d) Identificar as deduções relativas a benefícios fiscais (ex. PPR) e) Identificar as deduções à coleta (ex. despesas de saúde) f) Compreender as instruções de preenchimento
ICP	<p>Qual o grau de concordância com as seguintes afirmações? (escala de <i>likert</i> de 5)</p> <p>Pontos: 1 – concordo totalmente, 2 – concordo em parte, 3 – concordo, 4 – não concordo nem discordo, 5 – não concordo</p> <ul style="list-style-type: none"> b) A linguagem aplicada na legislação fiscal é de difícil compreensão. c) A legislação está dispersa através de um excessivo número de Leis, Decretos-Lei e Portarias. d) A tributação do IRS é caracterizada por demasiados pormenores (ex. isenções, exceções, benefícios fiscais).

Fonte: Elaboração própria

A medição das variáveis independentes foi efetuada com base na revisão da literatura. Assim, foram identificados um conjunto de variáveis que influenciam e podem explicar

as perceções de complexidade fiscal. Algumas variáveis foram transformadas em binárias uma vez que a escala inicial apresentava pouca variação.

A operacionalização das variáveis independentes é apresentada no quadro 4.

Quadro 4 – Operacionalização das Variáveis Independentes

Variável	Operacionalização das variáveis
CURSO	<p>Licenciatura /Mestrado</p> <p>Nota: Esta variável foi transformada em binária (0 – curso da área de conhecimento (Licenciaturas de Contabilidade e Finanças e Gestão e Mestrados de Controlo de Gestão, Contabilidade e Relato de Gestão e Finanças Empresariais); 1 – Outros)</p>
ECIVIL	<p>Estado Civil</p> <p>1 – Solteiro; 2 – Casado; 3 – União de facto; 4 – Separado; 5 – Divorciado; 6 – Viúvo</p> <p>Nota: Esta variável foi transformada em binária (0 – solteiro; 1 – Outros)</p> <p>Fonte: GESIS, (2010)</p>
AFAM	<p>Dimensão do agregado familiar (inclui conjugues, dependentes e ascendentes)</p> <p>1; 2; 3; 4; 5 ou mais</p> <p>Nota: Esta variável foi transformada em binária (0 – 1 contribuinte; 1 – mais do que 1 contribuinte)</p>
HORAS	<p>Quantas horas gastou com a declaração de rendimentos (recolha de informação, compra de impressos, leitura de instruções, preenchimento, envio)</p> <p>0 – Inferior a 1 hora; 1 – 1-2 Horas; 2 – 2-3 Horas; 3 – 3-4 Horas; 4 – 4-6 Horas; 5 – 6-12 Horas; 6 – Superior a 12 Horas</p> <p>Fonte: (Lopes, 2006)</p>
RELAF	<p>A sua relação com a Administração Fiscal é: (escala de <i>likert</i> de 5)</p> <p>Pontos: 1 – muito boa, 2 – boa, 3 – nem boa nem má, 4 – má, 5 – muito má</p>
ESCDUV	<p>Já alguma vez sentiu dificuldade no esclarecimento de dúvidas junto da Administração Fiscal? (escala de <i>likert</i> de 5)</p> <p>Pontos: 1 – nunca, 2 – quase nunca, 3 – às vezes, 4 – quase sempre, 5 – sempre</p>

Variável	Operacionalização das variáveis
EQUI1	<p>Indique a sua opinião relativamente às seguintes afirmações sobre a equidade / justiça fiscal: (escala de <i>likert</i> de 5)</p> <p>O IRS em Portugal é de um modo geral justo.</p> <p>Pontos: 1 – não concordo totalmente, 2 – não concordo; 3 – não concordo nem discordo, 4 – concordo, 5 – concordo totalmente</p>
EQUI2	<p>Indique a sua opinião relativamente às seguintes afirmações sobre a equidade / justiça fiscal: (escala de <i>likert</i> de 5)</p> <p>De modo geral, em Portugal, a tributação é justa.</p> <p>Pontos: 1 – não concordo totalmente, 2 – não concordo; 3 – não concordo nem discordo, 4 – concordo, 5 – concordo totalmente</p>
EQUI3	<p>Indique a sua opinião relativamente às seguintes afirmações sobre a equidade / justiça fiscal: (escala de <i>likert</i> de 5)</p> <p>Alguns impostos arrecadados pela Administração Fiscal não são corretamente aplicados.</p> <p>Pontos: 1 – não concordo totalmente, 2 – não concordo; 3 – não concordo nem discordo, 4 – concordo, 5 – concordo totalmente</p>
COMPLEI	<p>Qual o grau de concordância com as seguintes afirmações? (escala de <i>likert</i> de 5)</p> <p>A linguagem aplicada na legislação fiscal é de difícil compreensão.</p> <p>Pontos: 1 – não concordo totalmente, 2 – não concordo; 3 – não concordo nem discordo, 4 – concordo, 5 – concordo totalmente</p>

Fonte: Elaboração própria

O *software* informático estatístico utilizado para o tratamento de dados é o *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), versão 19.

4.4 – A POPULAÇÃO, A AMOSTRA E O PERÍODO DE ANÁLISE

A população para este estudo é constituída pelos alunos do regime pós laboral dos cursos de licenciatura e mestrado em funcionamento na ESTG/IPL, no ano letivo 2011/2012, que obtêm rendimentos sujeitos a englobamento em IRS. Apesar de estudantes, esta população é constituída em grande parte por trabalhadores estudantes com obrigações perante a AF no que diz respeito ao IRS.

Os estudantes que não estejam obrigados a apresentar declaração de rendimentos, quer por falta de rendimentos, quer pela natureza dos mesmos, foram excluídos da população deste estudo. Esta triagem foi feita no momento de distribuição do questionário. Antes da distribuição do questionário, foi perguntado verbalmente se o inquirido possuía ou não rendimentos e os questionários apenas foram distribuídos aos inquiridos que responderam afirmativamente.

O total dos inquiridos foi separado em dois grupos: os contribuintes que recorrem a ajuda profissional e os que preenchem a declaração de rendimentos sozinhos. Este último grupo constituirá a nossa amostra, onde pretendemos identificar a existência de perceção de complexidade fiscal, nomeadamente a complexidade técnica, a psicológica e os fatores que justificam essa perceção.

O enquadramento temporal da distribuição dos questionários foi coincidente com a entrega da declaração de rendimentos, que decorre em abril, para os contribuintes que obtêm rendimentos por conta de conta de outrem e/ou reformas ou pensões e maio, para os contribuintes com rendimentos de outras categorias. Assim, no momento da aplicação do questionário, os contribuintes tinham conhecimento recente sobre o cumprimento das obrigações fiscais relativas ao IRS.

De acordo com a informação disponibilizada pelos serviços académicos da ESTG/IPL, no ano letivo 2011/2012 estavam inscritos 1685 alunos no regime pós – laboral (licenciaturas e mestrados).

Os questionários que nos forneceram os dados utilizados neste trabalho de investigação foram recolhidos entre os dias 20 e 27 de maio de 2012, entre as 18h e as 22h nos espaços comuns da ESTG/ IPL. A amostra é de 147 observações. O tamanho da amostra é recomendável em função dos objetivos, da natureza e dos recursos da investigação. Em

trabalhos desta natureza, e quando a pretensão é a análise de dados qualitativos, Hill & Hill (2005) recomendam como razoável a utilização de uma dimensão pequena (inferior a 100).

4.5 – HIPÓTESES DE ESTUDO

No seguimento dos objetivos atrás descritos, elaborámos as seguintes hipóteses, de acordo com a revisão da literatura apresentada anteriormente.

HIPÓTESE 1 – CURSO

Na literatura é referido a relação entre o nível de educação dos contribuintes e o grau de cumprimento das obrigações fiscais. Chan & Troutman (2000) referem que o nível de educação afeta diretamente o cumprimento fiscal. Jackson & Milliron (1986) referenciam que um contribuinte com um nível de educação elevado terá mais facilidade na compreensão de sistemas fiscais complexos.

Neste estudo a amostra é constituída por alunos que frequentam o ensino superior. O seu nível de educação será à partida médio/alto. No entanto o facto de os inquiridos apresentarem um nível de educação médio/alto, não assegura que possuam bons conhecimentos sobre o sistema fiscal ou sobre as normas de tributação em IRS. Por este motivo, iremos utilizar a área de estudo que o inquirido (aluno) frequenta como *proxy* para medir o nível de conhecimento/educação relativamente à tributação das pessoas singulares.

É nosso objetivo estudar de que modo a área de formação do contribuinte influencia a sua perceção do grau de complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares. Assim, testaremos as seguintes hipóteses:

Hipótese 0: Não existe uma relação entre a área de formação do contribuinte e a sua perceção do grau de complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares.

Hipótese 1: Os contribuintes com formação nas áreas da gestão e da contabilidade percecionam a tributação do rendimento das pessoas singulares como sendo complexa.

HIPÓTESE 2 – ESTADO CIVIL

Santos (2003) indica que um sistema fiscal pode tornar-se complexo, entre outras coisas, pelas diferentes formas de tributação. Na tributação do rendimento das pessoas singulares,

os contribuintes solteiros e os casados têm regras de tributação diferenciadas. A título de exemplo, no apuramento de IRS¹² aos contribuintes casados e não separados judicialmente de pessoas e bens aplica-se um quociente conjugal ao rendimento coletável através da divisão por 2. Ao resultado apurado pela aplicação das taxas gerais de IRS, é feita uma multiplicação por 2, de modo a apurar o valor da coleta. À coleta são feitas as deduções à coleta em função do número de sujeitos passivos.

No nosso estudo analisaremos se a perceção do grau de complexidade em IRS se altera em função do estado civil do contribuinte. Testaremos então as seguintes hipóteses:

Hipótese 0: Não existe relação entre o estado civil do contribuinte e a perceção do grau de complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares.

Hipótese 1: Os contribuintes solteiros têm perceção de um menor grau de complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares.

HIPÓTESE 3 – DIMENSÃO DO AGREGADO FAMILIAR

Na sequência da hipótese anterior, a dimensão do agregado familiar é um fator que introduz procedimentos adicionais no cumprimento das obrigações em IRS. O CIRS prevê no seu art.º 79 deduções à coleta diferentes para sujeitos passivos, descendentes e ascendentes. A composição do agregado familiar tem influência para efeitos de cálculo do imposto devido.

A dimensão do agregado familiar poderá influenciar a perceção do grau de complexidade no IRS. Testaremos esta relação através das seguintes hipóteses:

Hipótese 0: Não existe relação entre a dimensão do agregado familiar e a perceção do grau de complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares.

Hipótese 1: Os agregados familiares compostos apenas por 1 contribuinte têm perceção de um menor grau de complexidade tributação do rendimento das pessoas singulares.

HIPÓTESE 4 – HORAS

¹² Ver figura 2 do capítulo 3.3 da revisão da literatura.

Jackson & Milliron (1986) identificam como fatores tradutores de complexidade do sistema fiscal o número de leis com demasiados pormenores, a exigência de conhecimentos específicos ou a necessidade de muitos cálculos. Mckerchar (2007) refere que a complexidade técnica se verifica quando o significado da legislação não é claro. Se o contribuinte tiver dificuldade em compreender a lei ou a necessidade de realizar alguns cálculos, o tempo despendido com o cumprimento da obrigação relacionada com a declaração de rendimento será maior.

No nosso estudo estes fatores serão aferidos pelo número de horas que o contribuinte despende com o preenchimento da sua declaração de rendimentos. Considerámos que o preenchimento inclui a recolha de informação necessária, a compra de impressos (caso necessário), a leitura de instruções e o preenchimento e envio da declaração de rendimentos. Como tal, testaremos as seguintes hipóteses:

Hipótese 0: Não existe relação entre o número de horas despendido pelo contribuinte com a declaração de rendimentos e a perceção do grau de complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares.

Hipótese 1: Os contribuintes que gastam até 1 hora com a preparação e preenchimento da declaração de rendimentos de IRS têm perceção de um baixo grau de complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares.

HIPÓTESE 5 – RELAÇÃO COM A AF

Jackson & Milliron (1986) referem que para além de o contribuinte necessitar de compreender a leis fiscais, a relação que mantem com a AF é um fator que influencia o seu cumprimento perante as obrigações fiscais. A existência de uma relação saudável entre as partes favorece o cumprimento das obrigações fiscais. A perceção de complexidade por parte do contribuinte pode colocar em causa esta relação.

No nosso estudo, pretendemos aferir como o contribuinte classifica a sua relação com a AF e se esta influencia a perceção do grau de complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares. Testaremos então as seguintes hipóteses:

Hipótese 0: Não existe relação entre o relacionamento do contribuinte e a AF e a perceção do grau de complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares.

Hipótese 1: Os contribuintes com uma boa relação com a AF têm percepção de um menor grau de complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares.

HIPÓTESE 6 – ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

Na sequência da hipótese anterior, Jackson & Milliron (1986), referem que existe um contrato, mesmo que implicitamente entre o Estado e o contribuinte. O contribuinte pode ter dúvidas e questões que coloca e expõe à AF. Se o contribuinte sentir dificuldade neste acesso pode desencadear uma má relação entre as partes e comprometer o seu cumprimento perante as obrigações fiscais a que está sujeito.

Analisaremos esta possível relação através do teste das seguintes hipóteses:

Hipótese 0: Não existe relação entre a facilidade de esclarecimento de dúvidas e questões perante a AF e a percepção do grau de complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares.

Hipótese 1: Os contribuintes que sentem dificuldade no esclarecimento de dúvidas e questões perante a AF têm percepção de um maior grau de complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares.

HIPÓTESE 7 – EQUIDADE DO IRS

É recorrentemente estudada na literatura a relação entre a equidade e complexidade fiscal (Milliron, 2001). A importância deste conceito surge ainda antes do conceito de complexidade. O princípio da equidade exige que os impostos sejam concebidos de forma justa. Se os contribuintes tiverem percepção de um sistema justo o seu cumprimento fiscal tende a aumentar. Contudo nem sempre é possível a conciliação entre o conceito de simples e justo. Estes conceitos aparecem sempre associados ainda que de formas diferentes.

Por isso, no nosso estudo a equidade será um fator indutor de percepção de complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares. Analisaremos a relação entre a equidade e a percepção do grau de complexidade em três vertentes, através de três questões apresentadas no questionário, constituindo cada uma delas uma hipótese.

Em primeiro lugar pretendemos estudar a relação entre a equidade do IRS e se esta influencia a perceção da complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares. Testaremos esta relação através das seguintes hipóteses:

Hipótese 0: Não existe relação entre a perceção do nível de equidade do IRS e a perceção do grau de complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares.

Hipótese 1: A perceção do nível de equidade do IRS influencia a perceção do grau de complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares.

HIPÓTESE 8 – EQUIDADE DO SISTEMA FISCAL

Na sequência da hipótese anterior propomos-mos estudar a equidade não só na tributação do IRS mas na tributação do sistema fiscal global.

Testaremos se a noção de equidade no todo do sistema fiscal afeta a perceção do grau de complexidade, através das seguintes hipóteses:

Hipótese 0: Não existe relação entre a perceção do nível de equidade do sistema fiscal e a perceção do grau de complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares.

Hipótese 1: A perceção do nível de equidade do sistema fiscal influencia a perceção do grau de complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares.

HIPÓTESE 9 – EQUIDADE DE TROCA

A equidade pressupõe sistemas fiscais justos. O contribuinte pode estar disposto a pagar impostos se daí obtiver benefícios superiores aos custos que incorrem com esse cumprimento, equivalendo a uma relação recíproca de troca (Wenzel, 1998). Se o contribuinte sentir que os seus impostos não são corretamente aplicados pode tender a achar o sistema fiscal complexo e interrogar-se porque é assim. Esta relação de troca que o contribuinte espera obter pode influenciar a perceção do grau de complexidade na tributação do rendimento das pessoas singulares. Analisaremos esta relação através do teste das seguintes hipóteses:

Hipótese 0: Não existe relação entre a perceção de uma adequada aplicação das receitas públicas obtidas pelos impostos e a perceção do grau de complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares.

Hipótese 1: A perceção de uma adequada aplicação das receitas públicas obtidas pelos impostos está associada à perceção de um maior grau de complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares.

HIPÓTESE 10 – COMPREENSÃO DA LEI FISCAL

O número de leis fiscais, a inexistência de significado ou a existência de lacunas são fatores indicados na revisão bibliográfica como causas de complexidade fiscal. A existência de qualquer uma destas situações poderá conduzir o contribuinte a não compreender o verdadeiro texto da lei. A título de exemplo, a lei fiscal sobre o IRS é alterada todos os anos por via do OE.

Neste sentido propomos-mos a analisar se as dificuldades de compreensão da lei fiscal pelo contribuinte podem ser realmente uma causa de perceção do grau de complexidade fiscal na tributação do rendimento das pessoas singulares. As hipóteses a testar serão as seguintes:

Hipótese 0: Não existe relação entre as dificuldades de compreensão / interpretação da legislação fiscal e a perceção do grau de complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares.

Hipótese 1: Os contribuintes que compreendem a legislação fiscal têm perceção de um menor grau de complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares.

O quadro 5 sumariza as várias hipóteses de investigação subjacentes a este estudo e a relação prevista, conforme o referencial teórico apresentado.

Quadro 5 – Resumo das Hipóteses de Estudo e Relação Prevista

<i>Path</i> hipotetizado	Relação prevista
H1: Perceção do grau de complexidade → Curso	Positiva
H2: Perceção do grau de complexidade → Estado civil	Positiva
H3: Perceção do grau de complexidade → Dimensão do agregado familiar	Positiva
H4: Perceção do grau de complexidade → Horas	Positiva
H5: Perceção do grau de complexidade → Relação com a AF	Negativa
H6: Perceção do grau de complexidade → Esclarecimento de dúvidas	Negativa
H7: Perceção do grau de complexidade → Equidade do IRS	Positiva
H8: Perceção do grau de complexidade → Equidade do sistema fiscal	Positiva
H9: Perceção do grau de complexidade → Equidade de troca	Positiva
H10: Perceção do grau de complexidade → Compreensão da lei fiscal	Negativa

Fonte: Elaboração própria

De seguida apresentaremos os dados obtidos elaborando uma caracterização sócio demográfica da amostra e o modo de cumprimento das obrigações fiscais por parte dos contribuintes inquiridos.

5 – DADOS E RESULTADOS

5.1 – ESTATÍSTICA DESCRITIVA E CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Na elaboração do questionário pretendeu-se para além da caracterização sócio demográfica do contribuinte, a recolha de outros dados que pudessem de alguma forma suscitar interesse na caracterização da amostra.

Em primeiro lugar foi questionado o curso de licenciatura ou mestrado em que o aluno/ contribuinte está inscrito no ano letivo de 2011/2012 e a sua residência fiscal. Os concelhos indicados foram apenas os do Distrito de Leiria, sendo todos os restantes classificados em *Outros*.

A tabela 6 apresenta o número de inquiridos por curso e por residência fiscal.

Tabela 6 – Número de inquiridos por curso e por residência fiscal

Item	Freq	%	Item	Freq	%
Licenciatura / Mestrado			Residência fiscal		
Lic. Cont. Finanças	43	29,25	Alcobaça	19	12,93
Lic. Gestão	27	18,37	Batalha	9	6,12
Lic. Solicitadoria	21	14,29	Caldas da Rainha	7	4,76
Lic. Eng ^a Mecânica	8	5,44	Leiria	41	27,89
Lic. Eng ^a Civil	5	3,40	Marinha Grande	17	11,56
Lic. Eng ^a Eletrotécnica	4	2,72	Nazaré	2	1,36
Lic. Eng ^a Informática	4	2,72	Penhice	3	2,04
Mest. Finan. Empresariais	12	8,16	Pombal	10	6,80
Mest. Cont. Relato Gestão	8	5,44	Porto de Mós	9	6,12
Mest. Neg. Internacionais	5	3,40	Outro	30	20,41
Mest. Eng ^a Mecânica	3	2,04	Total	147	100,00
Outro	7	4,76			
Total	147	100,00			

Licenciatura / Mestrado		
Licenciatura	112	76,19
Mestrado	35	23,81
Total	147	100,00

Fonte: Elaboração própria

Cerca de 76% dos inquiridos frequentam cursos de licenciatura e apenas 24% são alunos de mestrado. A licenciatura com mais respostas foi a de Contabilidade e Finanças com 43 inquiridos o que equivale a 29% da amostra, logo de seguida de Gestão com 27 inquiridos equivalendo a 18% da amostra. No que concerne aos mestrados, o de Finanças Empresariais foi o que apresentou maior número de inquiridos o que corresponde a 8% do total. Concluimos que mais de metade dos inquiridos tem formação na área da contabilidade e/ou gestão e que por esse motivo têm bons conhecimentos de fiscalidade.

Cerca de 28% dos inquiridos tem residência fiscal no Concelho de Leiria, 13% no Concelho de Alcobaça e 12% no Concelho da Marinha Grande.

A tabela 7 apresenta em resumo a caracterização sócio demográfica dos inquiridos, nomeadamente o género, a idade, o estado civil, a dimensão do agregado familiar, o nível de escolaridade completo, o vínculo laboral principal, as fontes de rendimentos obtidos e o nível de rendimento anual.

Tabela 7 – Caracterização sócio demográfica da amostra

Item	Freq	%	Item	Freq	%
Género			Nível de Escolaridade completo		
Masculino	62	42,18	Secundário	98	66,67
Feminino	85	57,82	Bacharelato	9	6,12
	147	100,00	Licenciatura	40	27,21
Total			Total	147	100,00
Idade			Vínculo Laboral		
18-29	69	46,94	<i>Part-time</i>	4	2,72
30-49	70	47,62	Estudante	2	1,36
50-65	8	5,44	Empreg conta própria	9	6,12
>65	0	0,00	Desempregado	10	6,80
Total	147	100,00	Empreg conta outrem	121	82,31
			Reformado/ pensionista	1	0,68
Média: 32,6	Min: 19	Máx: 65	Total	147	100,00
Estado Civil			Fonte de rendimento		
Solteiro	85	57,82	Rend. por conta de outrem	126	
Casado	47	31,97	Rend. profissionais e empresariais	19	
União de facto	5	3,40	Rendimentos de capitais	4	
Divorciado	9	6,12	Rendimentos prediais	4	
Viúvo	1	0,68	Pensões / Reformas	2	
Total	147	100,00	Rend. obtidos no estrangeiro	1	

Item	Freq	%	Item	Freq	%
			Subsídios sociais	4	
			Outros	2	
Dimensão do Agregado Familiar			Nível de rendimento anual		
1	83	56,46	Até € 4.898	11	7,48
2	26	17,69	De € 4.899 a € 7.410	22	14,97
3	20	13,61	De € 7.411 a € 18.375	63	42,86
4	16	10,88	De € 18.376 a € 42.259	45	30,61
5 ou mais	2	1,36	De € 42.260 a € 61.244	3	2,04
Total	147	100,00	De € 61.245 a € 66.045	1	0,68
			De € 66.046 a € 153.300	2	1,36
			Total	147	100,00

Fonte: Elaboração própria

No que respeita ao género, responderam ao questionário 62 homens e 85 mulheres, o que corresponde a 42% e 53% respetivamente, no total dos inquiridos, não se verificando uma disparidade entre os géneros.

A maioria dos inquiridos tem uma idade compreendida entre os 18 e os 49 anos. A faixa etária com maior taxa de resposta situa-se entre os 30 e os 49 anos com cerca de 48% de resposta. Logo de seguida a faixa etária de contribuintes mais novos, entre os 18 e os 29 anos com 47%. A faixa etária entre os 50 e os 65 anos de idade representa apenas 5% do total dos inquiridos. O contribuinte mais novo tinha 19 anos e o mais velho 65 anos. A média de idade dos inquiridos é de 32,6 anos.

A maioria dos inquiridos é solteiro (58% dos inquiridos). Os contribuintes casados são cerca de 32%. Os restantes inquiridos são divorciados, em união de facto ou viúvos (10%).

Quanto à dimensão do agregado familiar, mais de metade da amostra (56%) aponta apenas uma pessoa.

Relativamente ao nível de escolaridade, 98 inquiridos têm o ensino secundário, o que corresponde a 67% do total da amostra. Cerca de 27% é licenciado e apenas 6% tem o grau de bacharelato. Nenhum dos inquiridos apresenta formação ao nível do mestrado ou de doutoramento.

Relativamente ao vínculo laboral a grande maioria dos inquiridos indicou ser trabalhadora por conta de outrem (82%). Apenas 9 inquiridos (6%) indicaram como vínculo principal o trabalho por conta própria.

Quanto à fonte de rendimento, procurámos aferir se, para além da principal fonte de rendimento, os contribuintes tinham outras fontes de rendimento. A resposta era aberta podendo indicar-se mais do que uma categoria. Apenas 26 contribuintes (cerca de 18%) indicaram mais do que uma fonte de rendimento. À semelhança do vínculo laboral a maioria dos inquiridos indicou os rendimentos por conta de outrem como principal fonte de rendimento obtido.

O nível de rendimento mais indicado pelos contribuintes foi o terceiro escalão de acordo com o CIRS (de €7.411 a €18.375) com 43%. O quarto escalão obteve 31% dos inquiridos. A nossa amostra é composta essencialmente por contribuintes com rendimentos médios originados por contratos de trabalho por conta de outrem.

5.1.1 – PREDISPOSIÇÃO E FORMA DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS DOS CONTRIBUÍNTES

Foi inquirido qual a predisposição dos contribuintes em relação ao cumprimento dos deveres fiscais, classificada numa escala de *Likert* de 5 pontos. Os resultados estão indicados na tabela 8.

Tabela 8 – Predisposição dos contribuintes face ao cumprimento das obrigações fiscais

Item	Freq	%
Muito pequena	4	3,64
Pequena	8	7,27
Nem grande nem pequena	39	35,45
Grande	36	32,73
Muito grande	23	20,91
Total	110	100,00

Fonte: Elaboração própria

Os contribuintes manifestaram uma predisposição face ao cumprimento das obrigações fiscais “nem grande, nem pequena” com 35,45%, logo seguida de “grande” com 32,73% e “muito grande” com 20,91%. Os itens de predisposição “muito pequena” e “pequena” representam cerca de 10% das respostas, o que indica que existe vontade de cumprimento das obrigações fiscais por parte do contribuinte. No entanto dada a natureza sensível do tema a interpretação das respostas deve ser feita cautelosamente.

No questionário foi perguntado de que modo os contribuintes procediam ao preenchimento da sua declaração de rendimentos. Pretendíamos saber se o contribuinte preenchia a declaração de rendimentos de IRS sozinho, ou seja sem qualquer tipo de ajuda, ou se por outro lado recorria a terceiros com vista ao preenchimento da declaração de IRS. O tipo de ajuda de terceiros à qual os contribuintes recorriam subdividia-se em “ajuda com encargos financeiros” e “ajuda sem encargos financeiros”. A tabela 11 apresenta estes resultados.

Tabela 9 – Forma de entrega e preenchimento da declaração de rendimentos das pessoas singulares

Preenchimento da declaração / modo	Sozinho	Ajuda (sem encargos)	Ajuda (com encargos)	Total
Papel	6			6
Via internet	104	18	19	141
Total	110	18	19	147

Fonte: Elaboração própria

A grande percentagem dos inquiridos entrega a declaração de IRS via *internet* (cerca de 96%). Apenas 6 inquiridos indicam que entregam a declaração de rendimentos em papel (4%).

A maioria dos inquiridos indica que procede ao preenchimento da declaração de rendimentos sozinho (cerca de 75%). Os restantes 25% da amostra indicam que recorrem à ajuda de terceiros no preenchimento da declaração de rendimentos. Cerca de 12% recorre a ajuda sem encargos financeiros e 13% recorre a ajuda com encargos financeiros

Aos contribuintes que efetuam o preenchimento da declaração de rendimentos sozinhos (110 inquiridos), foi questionado quanto tempo demoravam com a declaração de rendimentos (incluía recolha de informação, compra de impressos, leitura de instruções, preenchimento e envio) e ainda quais as dificuldades sentidas no preenchimento da declaração de rendimentos. Os resultados são apresentados na tabela 10.

Tabela 10 – Tempo gasto com o preenchimento da declaração de IRS

Item	Freq	%
Inferior a 1 hora	69	62,73
1-2 horas	24	21,82
2-3 horas	11	10,00
3-4 horas	5	4,55
6-12 horas	1	0,91
Total	110	100,00

Fonte: Elaboração própria

Verificou-se que cerca de 62% dos inquiridos gasta menos de 1 hora com a declaração de rendimentos. Cerca de 22% dos inquiridos indica que gasta entre 1 a 2 horas e 10% entre duas a três horas.

A variável “dificuldades técnicas” foi medida numa escala de *Likert* de 5 pontos. A ordem questões está de acordo com modelo¹³ da declaração de rendimentos e de acordo com o esquema de tributação do rendimento das pessoas singulares apresentado na figura 2 na revisão da literatura.

A aliena a), pretendia aferir as dificuldades que o inquirido sente na identificação do sujeito passivo, como por exemplo na constituição do agregado familiar, grau de deficiência, residência fiscal ou estado civil. A alínea b) pretendia aferir os inquiridos quanto a dificuldades que possam sentir na identificação das diferentes categorias de

¹³ O modelo para a declaração de rendimentos é a declaração – modelo 3 constituído por uma folha de rosto onde se inclui a informação sócio demográfica do contribuinte e 12 anexos para as diferentes categorias de rendimentos. O modelo está disponível em www.portaldasfinancas.gov.pt.

rendimentos que podem ser várias. A alínea c) pretendia aferir se o inquirido consegue identificar, para além das deduções gerais referentes aos sujeitos passivos, descendentes ou ascendentes, as deduções específicas para cada categoria de rendimentos previstas no CIRS. A alínea d) pretendia aferir as dificuldades técnicas dos inquiridos relativamente a deduções relativas a benefícios fiscais como por exemplos planos de poupança reforma (PPR), despesas com equipamentos de energias renováveis ou deduções relativas a seguros de saúde. A alínea e) pretendia aferir as dificuldades técnicas em relação às deduções à coleta como por exemplo despesas de saúde, educação ou pensão de alimentos. Por fim a alínea f) destina-se a aferir se os inquiridos sentiam dificuldades na compreensão das instruções de preenchimento das declaração de rendimentos.

Os resultados foram calculados com base na média das respostas obtidas, conforme apresentado na tabela 11.

Tabela 11 – Dificuldades técnicas no preenchimento da declaração de rendimentos

Item	Média
a) Identificar o sujeito passivo	1,14
b) Identificar a categoria de rendimentos	1,33
c) Identificar as deduções específicas de cada categoria de rendimentos	1,70
d) Identificar as deduções relativas a benefícios fiscais (ex. PPR)	1,73
e) Identificar as deduções à coleta (ex. despesas de saúde)	1,56
f) Compreender as instruções de preenchimento	1,77

Fonte: Elaboração própria

Os aspetos que suscitam maiores dificuldades técnicas são a compreensão das instruções de preenchimento, logo seguida da identificação das deduções relativas a benefícios fiscais, e da identificação das deduções específicas das diferentes categorias de rendimentos. A dificuldade técnica menos apontada foi a identificação do sujeito passivo.

Os contribuintes que recorrem à ajuda de terceiros foram questionados sobre os motivos por que recorriam a ajuda. As questões apresentadas tiveram o questionário realizado por Lopes (2006) sobre o cumprimento fiscal. Aos motivos apresentados foi atribuída uma

escala de *Likert* de 5 pontos. Os resultados foram calculados com base na média das respostas obtidas, conforme apresentado na tabela 12.

Tabela 12 – Motivos para recorrer a ajuda profissional no preenchimento da declaração de IRS

Item	Média
a) Falta de tempo	3,54
b) Desconhecimento da legislação fiscal	3,65
c) Receio de errar no preenchimento da declaração de rendimentos	3,81
d) Garantia de correto preenchimento da declaração de rendimentos	4,05
e) Obtenção de rendimentos provenientes de diversas fontes	2,92
f) Exigência legal em possuir contabilidade organizada	2,46
g) Outro	0,14

Fonte: Elaboração própria

O motivo indicado pelos inquiridos como sendo o mais importante foi a garantia de correto preenchimento, seguido do receio de errar no preenchimento. De salientar que na questão de resposta aberta, outro motivo apenas um contribuinte apresentou um motivo para ter recorrido a ajuda – a preguiça foi o motivo indicado.

5.1.2 – RELAÇÃO COM A AF

A terceira parte do questionário pretendia saber que tipo de relação tinham os contribuintes com a AF, se tinham ou já tiverem reclamações e de que forma é que classificavam a sua relação com a AF.

Os resultados obtidos estão resumidos na tabela 13.

Tabela 13 – Análise da relação dos contribuintes com a AF

Item	Freq	%	Item	Freq	%
Fiscalização pela AF			Reclamação à AF		
Sim	21	14,29	Sim	27	18,37
Não	126	85,71	Não	120	81,63
Total	147	100,00	Total	147	100,00
Sentimento perante uma fiscalização			O problema ficou:		
Muito preocupado	4	2,72	Não ficou resolvido	1	
Preocupado	25	17,01	Parcialmente resolvido	8	
Indiferente	30	20,41	Totalmente resolvido	18	
Tranquilo	55	37,41	Total	27	
Muito tranquilo	33	22,45			
Total	147	100,00			
Dificuldades no esclarecimento de dúvidas			Relação com a AF		
Nunca	33	22,45	Muito má	2	1,36
Quase nunca	31	21,09	Má	3	2,04
Às vezes	66	44,90	Nem boa nem má	75	51,02
Quase sempre	15	10,20	Boa	58	39,46
Sempre	2	1,36	Muito boa	9	6,12
Total	147	100,00	Total	147	100,00

Fonte: Elaboração própria

Quando questionados se alguma vez foram alvo de uma fiscalização por parte da AF, apenas 21 (cerca de 14%) dos contribuintes indica que sim, ao contrário da grande maioria (cerca de 86%) que diz nunca ter sido fiscalizado. Na sequência desta pergunta, foi questionado qual o sentimento do contribuinte perante uma ação de fiscalização por parte da AF. A esta questão foi atribuída uma escala *Likert* de 5 pontos. Das opções apresentadas 55 contribuintes (cerca de 37%) diz sentir-se “tranquilo” perante uma ação de fiscalização, logo seguido de “muito tranquilo” com 33 respostas (cerca de 22%). De notar que apenas 4

contribuintes (cerca de 3%) indicaram o estado de “muito preocupado” e 25 (cerca de 17%) “preocupado”.

Foi questionado se alguma vez o contribuinte fez uma reclamação à AF e perante esta reclamação como ficou o problema (escala *Likert* de 5 pontos). Apenas 27 contribuintes (cerca de 18%) indicaram ter feito reclamações à AF. Destes 27 contribuintes, 18 deles (cerca de 67%) indicaram que o problema ficou “totalmente resolvido”, 8 (cerca de 30%) indicaram que o problema ficou “parcialmente resolvido” e apenas 1 (cerca de 3%) indicou que o problema “não ficou resolvido”.

A questão seguinte pretendia saber se os contribuintes já tinham sentido dificuldades no esclarecimento de dúvidas perante a AF através de uma escala *Likert* de 5 pontos. Das respostas obtidas, 66 contribuintes (cerca de 45%) indicam já ter sentido dificuldades no esclarecimento de dúvidas. 33 contribuintes (cerca de 22%) indicam “nunca” ter sentido dificuldades e apenas 2 contribuintes (cerca de 1%) indicam que tem “sempre” dificuldades no esclarecimento de duvidas junto da AF.

Por fim, em jeito de conclusão, apesar de ser a primeira pergunta deste grupo do questionário, foi propositadamente deixada para último nesta análise. Foi questionado como é que o contribuinte classifica a sua relação com a AF, através de uma escala *Likert* de 5 pontos. A grande maioria considera positiva a sua relação com a AF. Cerca de metade dos contribuintes (51%) considera a sua relação “nem boa nem má”, 39% considera “boa” a sua relação e 6% considera a sua relação “muito boa” com a AF. Apenas cerca de 3% dos contribuintes inquiridos classificam a sua relação com a AF entre “má” e “muito má”.

5.1.3 – PERCEÇÃO DOS CONTRIBUINTES FACE À EQUIDADE DO SISTEMA FISCAL

A quarta e última parte do questionário destinava-se a perceber as opiniões dos contribuintes face à equidade. A questão em análise destina-se a medir a percepção dos contribuintes face à equidade da tributação do rendimento das pessoas singulares. Foi apresentado um conjunto de questões baseada num estudo de (Devos, 2008), adaptadas à realidade do nosso país. Pretendia-se que os contribuintes indicassem o seu grau de concordância através de uma escala *Likert* de 5 pontos (1 – *não concordo totalmente*, 2 – *não concordo*, 3 – *nem concordo nem discordo*, 4 – *concordo* e 5 – *concordo totalmente*).

Os resultados estão expressos na tabela 14, calculados com base na média das respostas obtidas.

Tabela 14 – Perceção dos contribuintes sobre equidade / justiça fiscal

Item	Média
a) O IRS em Portugal é de um modo geral justo.	2,41
b) Sinto-me penalizado no IRS relativamente a contribuintes com	3,29
c) A complexidade do IRS possibilita, de forma legal, a redução do pagamento do imposto devido	3,05
d) Os benefícios do Estado que os contribuintes recebem face ao valor dos impostos que pagam são justos	2,17
e) De modo geral, em Portugal, a tributação é justa.	2,20
f) Sinto-me penalizado no IRS relativamente aos contribuintes que conseguem reduzir o seu montante de imposto a pagar de uma forma legal.	3,35
g) Alguns impostos arrecadados pela Administração Fiscal não são corretamente aplicados.	4,05

Fonte: Elaboração própria

A alínea g) foi a que mereceu maior concordância. Os contribuintes acham que alguns impostos não são corretamente aplicados pela AF. A alínea d) foi a que obteve menor grau de concordância logo os contribuintes acham que os benefícios recebidos não são justos perante

De seguida apresentaremos o modelo estimado de perceção dos fatores indutores de complexidade fiscal, a análise de resultados e o teste de hipóteses validado.

5.2 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

5.2.1 – ANÁLISE FATORIAL

A análise fatorial é uma técnica com vista à redução do número de variáveis de uma base de dados, através da identificação do padrão de correlações ou de covariância entre elas. A redução do número de variáveis ou fatores poderá maximizar o poder de explicação do

conjunto de todas as variáveis, possibilitando a criação de subgrupos de questões que avaliam assuntos da mesma competência (Marôco, 2010).

Na nossa investigação, a análise dos fatores que explicam a complexidade fiscal (composta pela complexidade técnica e pela complexidade psicológica) foi avaliada através da Análise Fatorial Exploratória (AFE) sobre a matriz das correlações, com extração dos fatores pelo método das componentes principais, seguida de uma rotação *Varimax*. Os fatores comuns retidos foram aqueles que apresentavam um *eigenvalue* superior a 1, em conformidade com o *Scree Plot* e a percentagem da variância retida. Para avaliar a estrutura da AFE utilizou-se a estrutura *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) com os critérios de classificação de acordo com (Marôco, 2010). Tendo-se observado um $KMO = 0,752$, classificado por (Marôco, 2010) como médio, procedeu-se à AFE.

A validação do modelo de AFE foi feita através da aplicação de dois testes. Em primeiro lugar procurámos determinar o índice de qualidade de ajustamento do modelo. A qualidade do modelo ajustado foi avaliada através do índice *Goodness of fit index* (GFI) de acordo com (Marôco, 2010). O GFI representa as frações das correlações entre as variáveis originais que são explicadas pelo modelo. Os valores de GFI acima de 0,95 são considerados muito bons, ou seja o modelo ajusta-se bem aos dados (Marôco, 2010).

Utilizando os resíduos calculados obtemos:

$$GFI = 1 - 0,44tr^* (R-II)^2 = 1 - 0,44tr^* (\epsilon)^2 =$$

$$GFI = 1 - 0,44 \times (0,181 - 0,077 - 0,011 + 0,020 - 0,039 + 0,028 - 0,130 - 0,125)^2 =$$

$$GFI = 0,989$$

Como referido anteriormente valores de GFI acima dos 0,95 são considerados muito bons. No nosso caso confirma-se que o ajustamento do modelo face aos dados é muito bom.

Em segundo lugar procuramos analisar a confiabilidade do modelo. Para isso recorremos ao modelo de teste de *Cronbach*. Este teste é um coeficiente de confialidade dos dados de uma amostra. Procura-se estabelecer uma análise das intercorrelações dos fatores do teste, designado por consistência interna, estimando a fiabilidade dos resultados obtidos (Marôco, 2010).

No nosso estudo procedemos à análise das intercorrelações entre as variáveis que compoem o ICT e o ICP. Para o ICT o valor obtido foi de 0,888 que de acordo com Marôco (2010) é um resultado bom. Aplicando o teste ao ICP o resultado obtido foi de 0,699 que novamente, de acordo com Marôco (2010) é tido como razoável.

Encontra-se assim validade o modelo de AFE. Trata-se de um modelo confiável e com bom ajustamento dos dados. Assim procederemos de seguida à análise dos resultados obtidos na AFE.

Na tabela 15 resumem-se os pesos fatoriais de cada item em cada um dos dois fatores, os seus *eigenvalues*, a comunalidade de cada item e a percentagem de variância explicada por cada fator, após uma AFE com extração de fatores pelo método das componentes principais, seguida de uma rotação *Variamax*. Os *scores* de cada sujeito em cada um dos fatores retidos foram obtidos pelo método *Bartlett*.

Tabela 15 – Pesos fatoriais de cada item nos 2 fatores retidos, *engenvalues*, comunalidades e % de variância explicada

Variáveis Valor de alfa de Cronbach	F1 (0,888)	F2 (0,699)	Comm
COMPLEXIDADE TÉCNICA (CT)			
a) Identificar o sujeito passivo.	0,628		0,397
b) Identificar a categoria de rendimentos.	0,809		0,654
c) Identificar as deduções específicas de cada categoria de rendimentos.	0,869		0,755
d) Identificar as deduções relativas a benefícios fiscais (ex. PPR).	0,814		0,664
e) Identificar as deduções à coleta (ex. despesas de saúde).	0,874		0,765
f) Compreender as instruções de preenchimento.	0,754		0,569
COMPLEXIDADE PSICOLÓGICA (CP)			
b) A linguagem aplicada na legislação fiscal é de difícil		0,785	0,617
c) A legislação está dispersa através de um excessivo número de Leis, Decretos-Lei e Portarias.		0,874	0,771
d) A tributação do IRS é caracterizada por demasiados pormenores (ex. isenções, exceções, benefícios fiscais).		0,783	0,620
<i>Eigenvalues</i>	42,373	22,188	
% de variância	42,373	22,188	
% variância acumulada	42,373	64,561	

Fonte: Elaboração própria

O primeiro fator, a complexidade técnica apresenta pesos fatoriais elevados (todos superiores a 0,06) em todas as alíneas e explica 42,37% da variância total. O segundo fator, a complexidade psicológica apresenta pesos fatoriais elevados nas alíneas b), c) e d) e explica 22,19% da variância total. Os dois fatores no global explicam 64% da variância total. As comunalidades são elevadas, o que demonstra que os fatores retidos são apropriados para descrever a complexidade fiscal, o que também é corroborado pelo índice de qualidade de ajustamento (GFI = 0,989).

De acordo com a regra do *eigenvalue* superior a 1, em consonância com o *Scree Plot*, a estrutura relacional dos fatores de complexidade técnica é explicada por 5 fatores apresentados no questionário. De notar que na complexidade técnica sobressai a alínea e) com a maior comunalidade. Na estrutura relacional dos fatores de complexidade psicológica apenas sobressaem 3 fatores, as alíneas b), c) e d) as quais foram utilizados no cálculo do ICP.

Deste modo após a validação dos itens que medem a complexidade fiscal procedemos à análise do modelo de regressão linear através com recurso às variáveis apuradas na AFE.

5.2.2 – MODELO DE REGRESSÃO LINEAR

Para a estimação do modelo de regressão linear foram apenas tidos em conta os inquiridos que procedem ao preenchimento da declaração de rendimentos sozinhos (amostra = 110). Para além destes foram ainda retirados os questionários da amostra identificados pelo *softawe* como *outliers* severos. A amostra em estudo passou então a ser de 89 questionários validados.

A formalização matemática do modelo estimado é:

$$CF_i = \alpha_0 + \beta_1 \text{CURSO}_i + \beta_2 \text{ECIVIL}_i + \beta_3 \text{AFAM}_i + \beta_4 \text{HORAS}_i + \beta_5 \text{RELA}_i + \beta_6 \text{ESCDUV}_i + \beta_7 \text{EQUI1}_i + \beta_8 \text{EQUI2}_i + \beta_9 \text{EQUI3}_i + \beta_{10} \text{AMBEXT1}_i + \epsilon_i$$

Onde, CF_i é o índice de complexidade fiscal para o inquirido i , CURSO_i é o curso, ECIVIL_i é o estado civil, AFAM_i é o agregado familiar, HORAS_i é o número de horas gastas com a declaração de rendimentos, RELA_i é a relação com a AF, ESCDUV_i é a noção de dificuldades no esclarecimento de dúvidas, EQUI1_i , EQUI2_i e EQUI3_i são

caracterizações de noções de equidade, COMPLEI é a compreensão/ interpretação da lei fiscal, ei são os erros ou resíduos do modelo.

O método de seleção de variáveis usado na regressão linear foi o *Enter* (inclui todas as variáveis).

5.2.2.1 – ESTATÍSTICA DESCRITIVA E CORRELAÇÕES

A tabela 16 apresenta a estatística descritiva das variáveis usadas no modelo de regressão linear.

Tabela 16 – Estatística descritiva

Variável	N	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
ICF	89	5,17	,94341	3	8
CURSO	89	,00	,467	0	1
ECIVIL	89	1,00	,502	1	2
AFAM	89	,00	,503	0	1
HORAS	89	1,00	,897	1	4
RELAF	89	4,00	,689	1	5
ESCDUV	89	3,00	1,024	0	5
EQUI1	89	2,00	,965	1	5
EQUI2	89	2,00	,876	1	5
EQUI3	89	4,00	,767	1	5
COMPLEI	89	4,00	,630	2	5

A tabela 17 mostra as correlações entre as variáveis dependentes e independentes do modelo estimado.

Tabela 17 – Correlações de *Pearson*

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1 CURSO	1										
2 ECIVIL	-,059	1									
3 AFAM	,008	,911**	1								
4 HORAS	,255*	,166	,134	1							
5 RELAF	,069	,031	,091	-,020	1						
6 ESCDUV	,250*	-,126	-,105	,149	,188	1					
7 EQUI1	-,284**	-,080	-,053	-,060	,028	-,117	1				
8 EQUI2	-,119	-,037	-,023	-,182	,142	-,017	,434**	1			
9 EQUI3	,052	,088	,076	,269*	-,016	-,011	-,007	-,234*	1		
10 COMPLEI	,114	-,093	-,126	,098	-,060	-,096	,118	-,007	,131	1	
11 ICF	,286**	-,038	,028	,323**	-,219*	-,159	,079	-,236*	,343**	,492**	1

*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

**. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

A tabela 17 apresenta os coeficientes de correlação de *Pearson* entre as variáveis do modelo. A maioria das variáveis mostra correlações significativas relativamente ao ICF. As variáveis HORAS (0,323), EQUI3 (0,343) e COMPLEI (0,492) apresentam correlações positivas significativas. As variáveis RELAF e EQUI2 apresentam fortes correlações negativas o que sugere que estas variáveis sejam fatores importantes na percepção de complexidade fiscal.

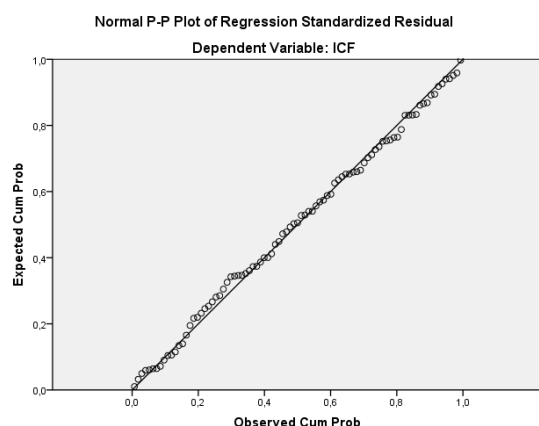
5.2.2.2 – VALIDAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS DO MODELO DE REGRESSÃO LINEAR

O modelo de regressão linear apresentado anteriormente só pode ser usado com objetivos de estimação e inferência de relações funcionais entre a variável dependente e as variáveis independentes, se um conjunto de pressupostos respeitantes ao modelo for válido (Marôco, 2010). Segundo Marôco (2010) a regressão só pode prosseguir após a estimação dos coeficientes de regressão, com a validação dos pressupostos respeitante aos erros ou resíduos e à multicolinearidade.

Quando um modelo de regressão linear é definido os erros ou resíduos (ϵ_i) do modelo servem quer para estimar os coeficientes de regressão, quer para validar os pressupostos de aplicação do modelo de regressão linear. A inferência acerca deste modelo só é válida quando os erros possuem distribuição normal e são independentes (Marôco, 2010).

A distribuição dos erros pode ser averiguada através de um gráfico de probabilidade normal. Se os erros possuírem distribuição normal, os valores distribuem-se mais ou menos na diagonal principal. O gráfico 2 foi retirado do *output* da regressão e mostra a distribuição dos resíduos face ao ICF.

Gráfico 2 – Gráfico de probabilidade normal



Através da análise gráfica observa-se que os resíduos distribuem-se aproximadamente, de forma uniforme na diagonal o que nos permite concluir que seguem uma distribuição normal, não se visualizando nenhum *outlier* severo.

O teste de *Kolmogorov-Smirnov* usa-se para averiguar se os erros seguem ou não distribuição normal (Marôco, 2010). Sendo p (exato) = 0,989 concluímos que a variável segue uma distribuição normal para os habituais níveis de significância $\alpha=0,05$.

Outro pressuposto que deve ser analisado é a independência dos resíduos. Este pode ser validado através do teste de *Durbin & Watson* obtido no *output* da regressão. Segundo Marôco (2010) quanto mais próximo o valor deste teste estiver perto de 2, melhor a hipótese de que não existe auto correlação entre os resíduos. No nosso teste o valor de 1,872 permite-nos concluir isso mesmo.

A multicolineariedade verifica-se quando as variáveis independentes estão fortemente relacionadas entre si. Este é um dos pressupostos a validar durante a regressão linear. Em situações ótimas as variáveis não estão correlacionadas. Mas pode existir quase sempre algum tipo de associação entre as variáveis independentes. Um dos diagnósticos possíveis

de multicolineariedade é o teste de *Variance Inflation Factor* (VIF) (Marôco, 2010). Os resultados do teste VIF são apresentados na tabela 18.

Tabela 18 – Coeficientes de multicolineariedade

Variáveis	Tolerância	VIF
CURSO	,766	1,305
ECIVIL	,156	6,420
AFAM	,158	6,344
HORAS	,806	1,241
RELAF	,916	1,091
ESCDUV	,856	1,168
EQUI1	,707	1,414
EQUI2	,730	1,369
EQUI3	,868	1,152
COMPLEI	,902	1,109

De acordo com a tabela 18, os valores de tolerância e de VIF são baixos, o que nos permite concluir que as variáveis em estudo não são colineares.

A tabela 19 apresenta os valores próprios de cada dimensão e o *Condition Index*.

Tabela 19 – Diagnóstico de multicolineariedade

Dimensão	<i>Eigenvalue</i>	<i>Condition Index</i>	Constante
ICF	9,220	1,000	,00
CURSO	,707	3,611	,00
ECIVIL	,534	4,156	,00
AFAM	,212	6,589	,00
HORAS	,119	8,807	,00
RELAF	,077	10,978	,00
ESCDUV	,058	12,661	,00
EQUI1	,031	17,296	,00
EQUI2	,023	20,037	,00
EQUI3	,015	24,857	,01
COMPLEI	,005	41,718	,98

Nenhuma dimensão apresenta um *Eigenvalue* superior a 1, sendo a maioria próxima de 0. Apenas a última dimensão dos *Condition Index* apresenta um valor superior a 30 podendo

indicar problemas de multicolineariedade. Contudo esta variável foi mantida no modelo para um maior ajuste.

Estão assim validados os pressupostos do modelo nomeadamente a homogeneidade através do gráfico de probabilidade normal, o diagnóstico da multicolineariedade e o teste VIF, sendo todos os resultados aceitáveis.

5.2.2.3 – *OUTPUTS* DA REGRESSÃO

A Regressão Linear Múltipla foi estimada através do método *Enter* de modo a obter um modelo que permitisse explicar a complexidade fiscal (ICF) em função das variáveis independentes. Os *outputs* da regressão são apresentados nas tabelas e gráficos seguintes.

Tabela 20 – Resumo da regressão

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,733 ^a	,538	,479	,68113	1,872

a. Predictors: (Constant), COMPLEI, EQUI2, ESCDUV, ECIVIL, RELAF, EQUI3, CURSO, HORAS, EQUI1, AFAM

b. Dependent Variable: ICF

A tabela 20 apresenta o sumário do modelo com os coeficientes de correlação múltipla “R”, o coeficiente de determinação “R²” e o coeficiente de determinação ajustado. Sendo R² = 0,538 podemos afirmar que 53,8% da variabilidade total do ICF é explicada pelas variáveis independentes presentes no modelo de regressão linear ajustado. Os valores do R² a partir de 0,5 consideram como aceitáveis o ajustamento do modelo aos dados (Marôco, 2010).

Tabela 21 – Tabela ANOVA da regressão

Model	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1 Regression	42,135	10	4,214	9,082	,000 ^a
Residual	36,187	78	,464		
Total	78,323	88			

a. Predictors: (Constant), COMPLEI, EQUI2, ESCDUV, ECIVIL, RELAF, EQUI3, CURSO, HORAS, EQUI1, AFAM

b. Dependent Variable: ICF

Na tabela 21 da ANOVA obtemos o valor de $F= 9,082$ com 78 e 88 g.l, significando que o modelo é significativo quando $p < 0,001$, o que se verifica nesta situação.

Tabela 22 – Coeficientes da regressão

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients		Sig.	Collinearity Statistics	
	B	Std. Error	Beta	t		Tolerance	VIF
(Constant)	3,951	,880		4,492	,000		
CURSO	,466	,178	,231	2,625	,010	,766	1,305
ECIVIL	-,902	,366	-,480	-2,461	,016	,156	6,420
AFAM	,895	,364	,477	2,460	,016	,158	6,344
HORAS	,198	,090	,188	2,193	,031	,806	1,241
RELAF	-,248	,110	-,181	-2,249	,027	,916	1,091
ESCDUV	-,153	,077	-,166	-2,001	,049	,856	1,168
EQUI1	,159	,090	,162	1,774	,080	,707	1,414
EQUI2	-,196	,097	-,182	-2,025	,046	,730	1,369
EQUI3	,232	,102	,189	2,286	,025	,868	1,152
COMPLEI	,586	,121	,391	4,828	,000	,902	1,109

a. Dependent Variable: ICF

A tabela 22 resume os significados dos coeficientes de regressão para as variáveis independentes.

Das variáveis apresentadas apenas a variável equidade EQUI 1 não é estatisticamente significativa no modelo de regressão. A análise dos valores absolutos dos coeficientes de regressão estandardizados permite-nos concluir que as variáveis ECIVIL, AFAM e a COMPLEI são as variáveis que mais contribuem para explicar o nível de perceção da complexidade na tributação do rendimento das pessoas singulares.

5.2.3 – VALIDAÇÃO DO TESTE DE HIPÓTESES

Após a obtenção do modelo procedeu-se ao teste de hipóteses para cada uma das hipóteses de investigação formuladas.

A **hipótese 1** previa uma relação positiva entre o **curso** e a **perceção do grau de complexidade**. De facto, os resultados indicam uma relação significativa em sentido positivo entre as variáveis ($b = 0,231$; $p \leq 1$), pelo que se rejeita h_0 , aceitando-se h_1 . Os contribuintes com formação em áreas como a gestão ou a contabilidade têm perceção de um menor grau de complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares.

A **hipótese 2** presumia a existência de uma relação positiva entre o **estado civil** do contribuinte e a **perceção do grau de complexidade**. De facto existe uma relação significativa ($b = -0,48$; $p \leq 1$) em sentido negativo, pelo que se aceita $h1$ e rejeita-se $h0$. Os contribuintes solteiros têm uma menor perceção do grau de complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares.

Esperava-se pela **hipótese 3** que existisse uma relação positiva entre a **dimensão do agregado familiar** e a **perceção do grau de complexidade**. Os resultados indicam a existência de uma relação significativa ($b = 0,477$; $p < 5$) em sentido positivo, pelo que se rejeita $h0$ e aceita-se $h1$. Verifica-se que quanto menor a dimensão do agregado familiar (no nosso caso apenas de 1 elemento) menor a perceção do grau de complexidade. Existe uma maior perceção de complexidade em agregados familiares de maiores dimensões.

A **hipótese 4** supunha a existência de uma relação positiva entre o número de **horas** despendido pelo contribuinte com o cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente na declaração de rendimentos e a **perceção do grau de complexidade**. Os resultados obtidos sugerem a existência de uma relação estatisticamente significativa entre estas duas variáveis ($b = 0,188$; $p < 5$), rejeitando-se a $h0$ em favor de $h1$. O número de horas despendido influencia a perceção do grau de complexidade em IRS. Os contribuintes que despendem até uma hora com o cumprimento desta obrigação fiscal têm perceção de um menor grau de complexidade.

A **hipótese 5** propunha uma relação negativa entre o relacionamento com a AF e a **perceção do grau de complexidade fiscal**. Confirma-se a existência de uma relação estatisticamente significativa em sentido negativo ($b = -0,181$; $p < 5$), pelo que rejeitamos $h0$ em favor de $h1$. O contribuinte com uma boa relação com a AF tem perceção de um menor grau de complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares.

A **hipótese 6** conjecturava uma relação negativa entre a comunicação do contribuinte (através do esclarecimento de dúvidas) e a AF e a **perceção do grau de complexidade fiscal**. Os resultados obtidos confirmam a existência de uma relação estatisticamente significativa ($b = -0,166$; $p < 5$) em sentido negativo, pelo que rejeitamos $h0$ em favor de $h1$. Quanto menor a dificuldade de comunicação entre o contribuinte e a AF, menor a perceção do grau de complexidade de tributação do rendimento das pessoas singulares.

As três hipóteses seguintes (7, 8 e 9) pretendiam avaliar a relação entre a equidade do sistema fiscal e de que modo é que esta influenciava a percepção do grau de complexidade na tributação do rendimento das pessoas singulares.

A **hipótese 7** propunha avaliar a existência de uma relação negativa entre a equidade especificadamente no IRS e a **percepção do grau de complexidade em IRS**. Contudo esta relação não se mostrou estatisticamente significativa ($p < 5$), pelo que não existe suporte empírico para aceitar $h1$.

A **hipótese 8** antevia a existência de uma relação positiva entre a equidade, mas desta vez do sistema fiscal em geral e a **percepção do grau de complexidade em IRS**. Os resultados obtidos confirmam a existência de uma relação estatisticamente significativa mas em sentido negativo ($b = -0,188$; $p < 5$). Aceitamos $h1$ confirmando a influência da percepção do nível de equidade do sistema fiscal e a percepção do grau de complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares.

A **hipótese 9** pretendia avaliar a noção que o contribuinte detinha sobre equidade de troca e a **percepção do grau de complexidade em IRS**. Os resultados mostram a confirmação de uma relação significativa estatisticamente ($b = 0,189$; $p < 5$) em sentido positivo. Confirmamos $h1$, pelo que os contribuintes que acham que os seus impostos não são corretamente aplicados têm percepção de um maior grau de complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares.

Por último, a **hipótese 10** testava a relação entre a compreensão das leis fiscais (através da compreensão e/ou interpretação) e a **percepção do grau de complexidade da tributação em IRS**. Os valores obtidos são os que apresentam a relação mais significativa ($b = 0,586$; $p \leq 1$), confirmando-se $h1$ em rejeição de $h0$. Os contribuintes que compreendem as leis fiscais têm percepção de um menor grau de complexidade da tributação do rendimento das pessoas singulares.

Quadro 6 – Confirmação das Relações Previstas nas Hipóteses

<i>Path</i> hipotetizado	Previsão	Resultado
H1: Perceção do grau de complexidade → Curso	Positiva	Positiva
H2: Perceção do grau de complexidade → Estado civil	Positiva	Negativa
H3: Perceção do grau de complexidade → Dimensão do agregado	Positiva	Positiva
H4: Perceção do grau de complexidade → Horas	Positiva	Positiva
H5: Perceção do grau de complexidade → Relação com a AF	Negativa	Negativa
H6: Perceção do grau de complexidade → Esclarecimento de dúvidas	Negativa	Negativa
H7: Perceção do grau de complexidade → Equidade do IRS	Positiva	Não validado
H8: Perceção do grau de complexidade → Equidade do sistema fiscal	Positiva	Negativa
H9: Perceção do grau de complexidade → Equidade de troca	Positiva	Positiva
H10: Perceção do grau de complexidade → Compreensão da lei fiscal	Positiva	Positiva

Fonte: Elaboração própria

Das hipóteses hipotetizadas a única não validada foi a hipótese 7 por não apresentar resultados estatisticamente significativos. As restantes hipóteses confirmaram-se na previsão indicada.

O próximo capítulo deste trabalho apresenta as conclusões deste estudo, as limitações encontradas e a sugestão de pesquisas futuras.

IV – CONCLUSÕES

No âmbito dos estudos sobre o cumprimento fiscal prepusemo-nos a estudar os fatores que justificam perceções de complexidade na tributação do rendimento das pessoas singulares de acordo com os princípios de tributação dos sistemas fiscais.

A definição de complexidade fiscal é por si só de difícil elaboração. A complexidade fiscal resulta da própria evolução dos sistemas fiscais, de se recriarem ou reajustarem impostos ou formas de tributação.

O sistema fiscal é influenciado pelo meio envolvente onde está inserido. As políticas fiscais têm impacto na realidade económica servindo ao mesmo tempo de intervenção nessa mesma realidade. A procura de receitas públicas rápidas pode comprometer os princípios de tributação subjacentes a um sistema fiscal. A evolução dos sistemas tende a torná-los complexos. A complexidade é um fator comportamental que influencia o cumprimento fiscal.

O IRS é um imposto sobre o rendimento consagrado na CRP. O art.º 13º da CRP consagra, no seu nº1 que “todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei”. Se analisarmos este artigo sob o ponto de vista tributário, concluímos que todos os cidadãos devem pagar impostos porque são iguais perante a lei. Contudo, o art.º 104 da CRP refere acerca do IRS “O imposto sobre o rendimento pessoal visa a diminuição das desigualdades e será único e progressivo, tendo em conta as necessidades e os rendimentos do agregado familiar”, o que significa que os contribuintes devem pagar impostos de acordo com a sua capacidade contributiva.

O enquadramento a este imposto justifica a nossa escolha perante este imposto. Em primeiro lugar os impostos sobre o rendimento ocupam uma significativa das receitas fiscais. Depois, o IRS incide sobre todos os contribuintes independentemente da origem de

onde provém ou do modo como se obtém. A tributação do rendimento de pessoas singulares baseia-se nos princípios de tributação e procura diminuir a fraude e evasão fiscal.

A atual tributação do rendimento das pessoas singulares e o conjunto de características que o definem não contribuem para a simplificação fiscal, mas antes para uma maior complexidade, que tornam o sistema fiscal de difícil compreensão para os contribuintes.

Neste sentido propusemo-nos não só a identificar os fatores que influenciam a perceção da complexidade na tributação do rendimento das pessoas singulares como também analisamos algumas relações com o cumprimento fiscal.

No nosso estudo os contribuintes classificam como indiferente a sua predisposição face ao cumprimento. Apesar de já existir consciencialização dos deveres e obrigações fiscais a maioria cumpre porque é obrigatório. Ainda acerca do cumprimento fiscal pretendíamos identificar de que forma os contribuintes procediam à entrega e preenchimento da declaração de rendimentos e qual o tempo despendido com a mesma. Constatámos que os contribuintes preenchem recorrentemente a sua declaração de rendimentos sozinho (sem ajuda de terceiros), procedem à sua entrega por via *internet* e despendem até uma hora com a preparação e o preenchimento da declaração de rendimentos. Estes resultados obtidos poderão ser influenciados pela amostra obtida como explicado mais adiante nas limitações no estudo.

Os contribuintes que recorrem a ajuda de terceiros, seja ajuda profissional ou não, fazem-no essencialmente pela garantia do correto preenchimento da declaração de rendimentos. Os que procedem ao preenchimento sozinhos indicam que a principal dificuldade é a compreensão das instruções que se torna mais complicado do que o próprio preenchimento da declaração de rendimentos.

O relacionamento do contribuinte e a AF é notado como médio alto. A maioria não tem receio perante uma fiscalização e em caso de reclamações as respostas são satisfatórias. A única dificuldade encontrada foi no acesso direto à AF. O esclarecimento de dúvidas suscita dificuldades. Podemos concluir então pelo nosso estudo que o cumprimento fiscal é maioritariamente voluntário apesar da perceção de que nem sempre os impostos arrecadados pela AF são corretamente aplicados.

Por fim, o objetivo central deste estudo pretendia identificar os fatores que influenciavam a percepção da complexidade na tributação do rendimento das pessoas singulares. O fator no nosso estudo que justifica maior percepção de complexidade é a compreensão da lei fiscal. Este resultado está de acordo com as dificuldades sentidas pelo contribuinte no preenchimento da declaração de rendimentos: a compreensão/ interpretação da lei fiscal.

Os contribuintes mais novos, solteiros e com um agregado familiar pequeno têm menor percepção do grau de complexidade. O tempo despendido (até 1 hora) também justifica uma menor percepção de complexidade. O tipo de relação do contribuinte com a AF assim como o acesso até ela são fatores que induzem percepções de complexidade e que se podem refletir no cumprimento fiscal.

Os contribuintes acham que a relação entre impostos pagos e benefícios obtidos é justa à semelhança de toda a tributação de modo geral. Estes fatores induzem percepções de complexidade fiscal.

Estes resultados corroboram a pergunta feita diretamente ao contribuinte de como considera a atual tributação do rendimento das pessoas singulares: simples ou complexa. A maioria classificou esta tributação como simples e eficaz.

Neste estudo, encontrámos no seu decorrer algumas limitações ao longo deste estudo.

A primeira limitação neste estudo deve-se à amostra estudada. Os contribuintes inquiridos eram todos alunos de um curso de nível superior, possuindo à partida o ensino secundário completo. A idade é outra variável que deveria ser mais diversificada nomeadamente em contribuintes mais velhos. O mesmo aconteceu na fonte de rendimentos. A maioria da nossa amostra obtinha rendimentos por conta de outrem. Será interessante realizar este estudo com uma amostra mista em termos de tipos de rendimentos e observar se os resultados serão semelhantes.

Outra limitação ou sugestão de investigação futura prende-se com o facto da percepção de complexidade não ter sido analisada nos dois impostos sobre o rendimento. Tratou-se de uma limitação temporal. O tempo previsto para a elaboração de um trabalho desta natureza não era suficiente para o estudo de ambos os impostos. Assim, achamos que seria interessante a análise do fator complexidade através das percepções dos contribuintes que

cumprem obrigações fiscais em sede de IRC em nome de outros (empresas) aferindo conclusões acerca dos dois tipos de rendimentos e observando os resultados.

Esta limitação poderá ser uma linha orientadora para uma pesquisa futura. Sugerimos ainda um estudo sobre a equidade do sistema fiscal e a sua relação com a complexidade como tema a ser estudado na realidade do nosso país.

V – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aicep (2008). Sistema Fiscal Português *Portugal Global*, disponível em http://www.aciso.pt/files/Sistema_Fiscal_Portugues.pdf.
- Alesina, A., & Angeletos, G.-M. (2003). Fairness and Redistribution: US versus Europe. *Research Working Paper Harvard Institute*.
- Allingham, M. G., & Sandmo, A. (1972). Income tax evasion: a theoretical analysis. *Journal of Public Economics*, 1, pp. 323–338.
- Alm, J., Martinez-Vazquez, J., & Schneider, F. (2004). The Problem of the Hard-To-Tax, paper presented at the “Hard to Tax: An International Perspective” in J. Alm, J. Martinez-Vazquez, & S. Wallace (eds.). *Taxing the Hard-to-Tax*. Amsterdam: Elsevier.
- Andreoni, J., Erard, B., & Feinstein, J. (1998). Tax compliance. *J. Econ. Literature*, 36, pp.818–860.
- Attachment, A. (Ed.). (1976). Internal Revenue Service. *IRS Work Statement, Discussion of Compliance Factors*, pp. 1–11.
- Baptista, C. S., & Sousa, M. J. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios (segundo Bolonha)*. Pactor.
- Basto, J. G. X. (2004). Uma reflexão sobre a Administração Fiscal. *Notas Económicas*, 4, Nov. 99, pp. 100–109.
- Benabou, R. (1996). Unequal societies.
- Bradley, B. (1984). *The Fair Tax*. Pocket Books.
- Bruneau, T.C., Jalali, C., & Colino, C. (2011). *Portugal report. Sustainable Governance Indicators 201*, disponível em http://www.sgi-network.org/pdf/SGI11_Portugal.pdf.

- Chan, C., & Troutman, C. (2000). An Expanded Model of Taxpayer Compliance: Empirical Evidence from the United States and Hong Kong. *Journal of International Accounting, Auditing & Taxation*, 3, pp. 83–103.
- Chattopadhyay, S., & Das-Gupta, A. (2002). The Compliance Cost of the Personal Income Tax and its Determinants. *Public Finance*.
- Chau, G., & Leung, P. (2009). A critical review of Fischer tax compliance model : A research synthesis. *Journal of Accounting and Taxation*, 1(2), pp. 401–415.
- Christian, C., & Gupta, S. (1993). New evidence on “secondary evasion.” *Journal of the American Taxation Association*, 65, pp. 72–93.
- Clotfelter, C. (1983). Tax evasion and tax rates: An analysis of individual returns. *The Review of Economics and Statistics*, 65, 363–373.
- Cohen, E. S. (1969). Assistant Secretary of the Treasury for Tax Policy before the ABA National Institute on Tax Reform. *Tax Lawyer*, pp. 417–424.
- Cuccia, A. D., & Carnes, G. A. (2001). A closer look at the relation between tax complexity and tax equity perceptions. *Journal of Economic Psychology*, 22.
- Dean, P., Keenan, T., & Kenney, F. (1980). Taxpayer’s Attitudes to Income Tax Evasion: An Empirical Study. *British Tax Review*, pp. 28–44.
- Delloite. (2012). Orçamento do Estado 2012 Rumo à decisão certa.
- Deloitte. (2011). *Observatório da Competitividade Fiscal 2011 Get the global picture*, disponível em [http://www.deloitte.com/assets/Dcom-Portugal/LocalAssets/Documents/pt\(pt\)_Observatorio_Competitividade_Fiscal_2011_02092011.pdf](http://www.deloitte.com/assets/Dcom-Portugal/LocalAssets/Documents/pt(pt)_Observatorio_Competitividade_Fiscal_2011_02092011.pdf).
- Devos, K. (2008). Tax Evasion Behaviour and Demographic Factors : An Exploratory Study in Australia. *Revenue Law Journal*, 18(1).
- Dischamps, J.-C. (1960). Comportements Économiques et Distorsions Fiscales. (P. U. de France, Ed.). Paris.
- Ellentuck, A. (1984). Moratorium on New Tax Legislation. *U.S. News and World Report*, 27.
- Estado, S. D. E., & Assuntos, D. O. S. (2009). POLÍTICA FISCAL Coordenação dos Subgrupos, disponível em http://www.dgaiec.min-financas.pt/NR/rdonlyres/850F77D8-6188-4E96-A002-A101B5073037/0/gpf_relatorio_global_v_final.pdf.

- Evans, C., & Tran-Nam, B. (2010). Controlling tax complexity: rhetoric or reality. In T. Reuters (Ed.), *Australia's Future Tax System: The Prospects after Henry*, pp. 439–63.
- Evans, C. (2012). Tax Governance Issues: Managing System Complexity. *Economic Papers: A journal of applied economics and policy*, 31(1), pp. 30–35.
- Feinstein, J. (1991). An econometric analysis of income tax evasion and its detection. *RAND Journal of Economics*, 22, pp. 14–35.
- Feld, L. P., & Frey, B. S. (2002). Trust breeds trust: How taxpayers are treated. Zurich.
- Ferreira, E. P., Tomaz, J. A., Santos, J. G., & Cabral, N. da C. (2010). Conferência Crise, Justiça Social e Finanças Públicas. (Almedina, Ed.) (Colóquios.).
- Finanças, M. (2011), disponível em <http://info.portaldasfinancas.gov.pt>.
- Fiscais, A. (2001). Portaria 1446-C/2001, de 21 de Dezembro - I Série B, 1–16.
- Fischer, C., Wartick, M., & Mark, M. (1992). Detection Probability and Taxpayer Compliance: A Review of the Literature. *J. Acc. Lit.*, 11, pp. 1–46.
- Forest, A., & Sheffrin, S. (2002). Complexity and compliance: an empirical investigation. *National Tax Journal*, pp.1–9.
- GESIS, L. I. for the S. S. (2010). EVS 2008 - Variable Report Portugal (Portuguese).
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1997). *O Inquérito. Teoria e Prática*. Oeiras: Celta.
- Glassberg, B. and C. S. (1995). Tax Compliance Costs: the Problems and the Practice – Inland Revenue. In C. Sandford (Ed.), *Tax Compliance Costs Measurement and Policy* (Fiscal Pub.). Bath, U.K.
- Gomes, P. (2008). Fiscalidade A simplicidade e a instabilidade no sistema fiscal português – Prioridades da política fiscal. Fiscalidade. *Revisores e Auditores*, pp. 55–62, disponível em <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/JanMar2008/Fiscalidade.pdf>.
- Graetz, M. J., Reinganum, J. F., & Wilde, L. L. (1986). The tax compliance game: Toward an interactive theory of law enforcement. *Journal of Law, Economics and Organization*, 2, pp.1–32.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2005). *Investigação por Questionário*. (E. Sílabo, Ed.) (2ª ed.). Lisboa.
- Hobbes, T. (1887). *Leviathan*. (G. R. & Sons, Ed.). 1887, citado por (Milliron, 2001).

- Houston, J., & Tran, A. (2001). A Survey of Tax Evasion Using the Randomized Response Technique. *Adv. Taxation*, 13, pp. 69–94.
- Investment Climate Advisory Services, W. B. G. (2009). A Handbook for Tax Simplification. *World Wide Web Internet And Web Information Systems*. Washington D.C.: The Word Bank.
- Jackson, B. R., & Milliron, V. C. (1986). Tax compliance research: Findings, problems and prospects. *Journal of Accounting Literature*, 5, pp. 125–165.
- James, S., & Edwards, A. (2008). Developing Tax Policy in a Complex and Changing World. *Economics Analysis & Policy*, 38(1), pp. 35–54.
- James, S., Sawyer, A., & Wallschutzky, I. (1997). Tax Simplification – A Tale of Three Countries. *Bulletin for International Fiscal Documentation*, 493–503.
- Kaplow, L. (1995). How Tax Complexity and Enforcement Affects the Equity and Efficiency of the Income Tax. *NBER Working Paper*, 5391.
- Kaplow, L., & Shavell, S. (1994). HeinOnline -- 23 *J. Legal Stud.* 667, pp. 667–682.
- Kim, S. (2008). Does political intention affect tax evasion? *Journal of Policy Modeling*, 30(3), pp. 401–415.
- Kinsey, K. (1986). Theories and models of tax cheating. *Criminal Justice Abstracts*, pp. 403–425.
- Kirchler, E., Maciejovsky, B., & Schneider, F. (2003). Everyday representations of tax avoidance, tax evasion, and tax flight: Do legal differences matter? *Journal of Economic Psychology*, 24(4), pp. 535–553.
- Klein, W. A. (1976). *Policy Analysis of the Federal Income Tax* (Founfdatio).
- Long, S., & Swingen, J. (1991). Taxpayer compliance: Setting new agendas for research. *Law and Society Review*, 3, pp. 637–683.
- Lopes, C. M. M. (2003). Simplicidade e complexidade do Sistema Fiscal: algumas reflexões. *Fiscalidade*, 13/14, pp. 77–80.
- Lopes, C. M. M. (2006). Os Custos de Cumprimento no Sistema Fiscal Português Uma Análise da Tributação do rendimento. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra - Faculdade de Economia.
- Lopes, C. M. M. (2008). The Portugues tax sytem: complexity and enforceability. *Revista Universo Contábil*, 4, pp. 140–163.

- Martinez, J.-C., & Di Malta, P. (1986). *Droit Fiscal Contemporain*. (L. T. Litec, Ed.). Paris.
- Marôco, J. (2010). *Análise Estatística com o PASW Statistics (ex-SPSS)*. (Marôco, Ed.). Pêro Pinheiro.
- Mason, R., & Calvin, L. (1984). Public confidence and admitted tax evasion. *National Tax Journal*, 37, pp.489–496.
- McKerchar, M. (2003). The Impact of Complexity upon Personal Taxpayers: A Study of Australian Personal Taxpayers. *Australian Tax Research Founddation*. Sydney.
- McKerchar, Margaret. (2007). The IRS Research Bulletin. In 1500P. (Ed.), *Tax Complexity and its Impact on Tax Compliance and Tax Administration in Australia* (pp. 185–205). University of New South Wales, disponível em <http://www.irs.gov/pub/irs-soi/07resconfmckerchar.pdf>.
- McLure, Jr., C. E. (1989). The Budget Process and Tax Simplification/Complication. *Tax Law Review*, 45, pp. 25–96.
- Mckerchar, M. (2007). The IRS Research Bulletin. In 1500P. (Ed.), *Tax Complexity and its Impact on Tax Compliance and Tax Administration in Australia* (pp. 185–205). University of New South Wales, disponível em <http://www.irs.gov/pub/irs-soi/07resconfmckerchar.pdf>.
- Mill, J. S. (1848). *Principles of Political Economt*. (G. and C. Longmans, Ed.). 1923, citado por (Milliron, 2001).
- Milliron, V. C. (1985). A Behavioral Study of the Meaning and Influence of Tax Complexity. *Journal of Accounting Research*, 23(2), 794.
- Milliron, V. C. (2001). An Analysis of the Relationship Between Tax Equity and Tax Complexity. *The Journal of American Taxation Association*, pp. 19–33.
- Moscovici, S. (2001) “The phenomenon of social representations” In S. Moscovici & G. Duveen (Eds.), *Social Representations—Explorations in Social Psychology* (18–77). *New York: New York University*.
- Ngaosyvathn, P. (1974). 90% de fraude fiscal- Pourquoi? Reproduzido sob o título “La fraude fiscale dans les etats du Tiers-Monde.” (P. Économiques, Ed.). 19 de Março de 1975, citado por (Santos, 2003).

- OCDE. (2008). Monitoring Taxpayers' Compliance : A Practical Guide Based on Revenue Body Experience. *Forum on Tax Administration: Compliance sub-group: Final report*. Centre for Tax Policy and Administration.
- OCDE. (2006). Policy Brief: Reforming Personal Income Tax, 43(March).
- OCDE. (2007). Fiscal Policy and Legitimacy in Latin America. b, 3.
- OCDE. (2011). in OECD Revenue Statistics. *OECD Revenue Statistics, 2011/2, 2010–2011*, disponível em http://www.oecd-ilibrary.org/economics/national-accounts-at-a-glance-2011_na_glance-2011-en.
- Oliver, T., & Bartley, S. (2005). Tax system complexity and compliance costs — some theoretical considerations. *Australian Government - The Treasury*, (June), 53–68, disponível em http://www.treasury.gov.au/documents/1009/PDF/05_Tax_Complexity_and_Compliance.pdf.
- Org, L. (2007). Decreto-Lei 81/2007 de 29 de Março – I série nº 63. Ministério das Finanças, disponível em http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/legislacao/diplomas_legislativos/decretos_lei.htm.
- Org, L. (2006). Decreto-Lei 205/2006 de 27/10 - Série I nº 208. Ministério das Finanças, disponível em http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/legislacao/diplomas_legislativos/decretos_lei.htm.
- Org, L. (2011). Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares. Ministério das Finanças, disponível em [info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao.../codigos_tributarios/Em cache – Semelhante](http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao.../codigos_tributarios/Em_cache_-_Semelhante).
- Org, L. (2012). Lei nº 64-A/2011.
- O'Connor, F. (2010). Tax Administration in the year 2010, disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/43/28/1894417.pdf>.
- O'Connor, F. (2001). Tax Administration in the year 2010. disponível em <http://oecd.org/dataoecd/43/28/1894417.pdf>.
- PERAB, P. E. R. A. B. (2010). The Report on Tax Reform Options: Simplification, Compliance and Corporate Taxation. (August, Ed.).
- Pereira, M. F. (2006). *Fiscalidade*. Almedina.

- Pinto, J. A. P. (2004). *Fiscalidade*. (A. Editores, Ed.).
- Riahi-Belkaoui, A. (2004). Relationship between tax compliance internationally and selected determinants of tax morale. *Journal of International Accounting, Auditing & Taxation*, 13, 135–143.
- Ricardo Moreira Azevedo, L. (2009). As Obrigações Fiscais pelo Pagamento de Serviços a Não Residentes. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro Instituto Superior de Contabilidade e Administração.
- Richardson, G. (2006). Determinants of tax evasion: A cross-country investigation. *Journal of International Accounting, Auditing & Taxation*, 15, pp. 150–169.
- Ritsema, C., Thomas, D., & Ferrier, G. (2003). Economic and Behavioral Determinants of Tax Compliance: Evidence from the 1997 Arkansas Tax penalty Amnesty Program. *2003 IRS Research Conference*.
- Rubinfeld, D. L., & R.S., P. (1991). *Econometric Models & Economic Forecasts* (McGraw-Hil.).
- Sanches, J. L. S. (2010). *Justiça Fiscal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Sandford, C. (1995). The Rise and Rise of Tax Compliance Costs. In C. Sandford (Ed.), *Tax Compliance Costs Measurement and Policy* (Fiscal Pub.). Bath, U.K.
- Santos, J. A. (2003). *Teoria Fiscal*. ISCSP.
- Santos, R. M. B. (2003). A Administração Fiscal, a sua eficácia e desempenho. A atuação da Direção Geral dos Impostos vista pelos contribuintes e funcionários. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Schaltegger, C. A., & Torgler, B. (n.d.). Tax morale and fiscal policy. *World*, pp. 1–34.
- Schwab, K. (2010). The Global Competitiveness Report 2010-2011. (W. F. Economic, Ed.) *Forum American Bar Association*.
- Seligman, E. R. A. (1894). *Progressive Taxation in Theory and Practice*. (A. E. A. Monograph, Ed.) (1984th ed., pp. 1–2), citado por (Milliron, 2001).
- Silva, V. L. G. (2010). A atual estrutura do sistema fiscal português. Dissertação de mestrado. Universidade de Aveiro.
- Slemrod, J., & Sorum, N. (1984). The Compliance Cost of the Individual Income Tax System. *National Tax Journal*, 37.

- Slemrod, Joel. (1990). Slemrod.pdf. *The Journal of Economic Perspectives*, 4(1), pp. 157–178.
- Smith, K.W.; Stalans, L.J. (1991) “Encouraging tax compliance with positive incentives: A conceptual framework and research directions”. *Law and Society Review*. 13, pp. 35-53.
- Smith, K.W. (1992) “Reciprocity and fairness: Positive incentives for tax compliance” In J.Slenrod (Ed), *Why people pay taxes – Tax Compliance and enforcement*, 223-258. Ann Arbor, MI: University of Michigan Press.
- Song, Y., & Yarbrough, T. E. (1978). Tax Ethics and Taxpayer Attitudes: A Survey. *Public Administration Review*, 38, 442–457.
- Statistics, R., & Publishing, O. (2011). in *OECD Revenue Statistics, 2010–2011*, disponível em http://www.oecd-ilibrary.org/economics/national-accounts-at-a-glance-2011_na_glance-2011-en.
- Steinmo, S. (1993). Taxation and Democracy: Swedish, British and American Approaches to Financing the Modern State. *New Haven on the Reagan 1986 Tax Reform Act*, 167–169.
- Surrey, S. (1969). Complexity and the Internal Revenue Code: The Problem of the Management of Tax Detail. *Law & Contemporary Problems*, pp. 673–686.
- Teixeira, C. S. G. (2010). Sistema de Impostos no Novo Paradigma de Comércio. Universidade de Aveiro -Instituto Superior de Contabilidade e Administração.
- The Portuguese Tax System. (2009). *Taxation*, disponível em http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/docs/Conteudos_1pagina.
- Tittle, C. (1980). *Sanctions and Social Deviance: The Question of Deterrence* New York. (Praeger, Ed.).
- Torgler, Benno (2002). Speaking to Theorists and Searching for Facts: Tax Morale and Tax Compliance in Experiments. *Journal of Economic Surveys*. 16, pp. 657-684.
- Torgler, B., & Macintyre, S. e. (2007). Tax Compliance, Tax Compliance, Tax Morale, and Governance Quality. *International Studies Program Working Paper*.
- VII Revisão Constitucional Constituição da República Portuguesa (2005), disponível em <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>.

Vos, D., & Mihail, T. (2006). The Importance of Certainty and Fairness in a Self-Assessing Environment. In M. Mckerchar & M. Walpole (Eds.), *Further Global Challenges in Tax Administration* (Fiscal Pub., pp. 69–90). Birmingham, UK.

Wenzel, M. (1998). Tax Compliance and the Psychology of Justice : Mapping the Field.

Wenzel, M. (2005). Motivation or rationalisation?: causal relations between ethics, norms and tax compliance. *Journal of Economic Psychology*.

Legislação

Lei n.º 64-A/2011, de 30 de dezembro – Aprova o OE para 2012.

Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro – Aprova o OE para 2012.

Lei n.º 49/2011, de 7 de setembro – Aprova uma sobretaxa extraordinária sobre os rendimentos sujeitos a IRS auferidos no ano de 2011, alterando o CIRS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro.

Lei n.º 55-A/2010, de 30 de dezembro – Orçamento do Estado Para 2011.

Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho – Aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Lei n.º 11/2010, de 15 de junho – Introduz uma nova taxa de IRS (no valor de 45 %) para sujeitos passivos ou agregados familiares que obtenham rendimentos anuais superiores a (euro) 150 000.

Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril – Orçamento do Estado para 2010.

Decreto – Lei n.º 205/2006, de 27 de outubro – Aprova a Lei orgânica do MFAP.

Decreto-Lei 81/2007, de 29 de março – Aprova a Lei orgânica da DGCI.

Decreto – Lei 442-A/88, de 30 de novembro – Aprova o CIRS.

Portaria n.º 314/2011, de 29 de dezembro – Aprova a declaração modelo 10 do IRS e do IRC e as respetivas instruções de preenchimento.

Portaria n.º 311-A/2011, de 27 de dezembro – Aprova os modelos de impressos a que se refere o n.º 1 do artigo 57.º do Código do IRS.

Portaria n.º 311-B/2011, de 27 de dezembro – Aprova a declaração Modelo n.º 39 - Rendimentos e retenções a taxas Liberatórias - e respetivas instruções de preenchimento.

Portaria n.º 282/2011, de 21 de outubro – Atualiza os coeficientes de desvalorização da moeda, a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2011.

Portaria n.º 879-A/2010, de 29 de novembro – Aprova os modelos oficiais do recibo designado de recibo verde eletrónico.

Portaria n.º 785/2010, de 23 de agosto – Atualiza os coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2010, para efeitos de determinação da matéria coletável do IRS.

Portaria 1446-C/2001, de 21 de dezembro - Regula os preços de transferência nas operações efetuadas entre um sujeito passivo do IRS ou do IRC e qualquer outra entidade.

Decreto Legislativo Regional n.º 20/2011/M, de 26 de dezembro – Taxas do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares e do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.

Webgrafia

<http://www.aciso.pt>, consultado a 08/06/12.

<http://www.deloitte.com>, consultado a 21/11/11.

<http://www.irs.gov>, consultado a 05/05/12.

<http://www.oecd-ilibrary.org> consultado a 25/05/12.

<http://www.parlamento.pt>, consultado a 07/06/12.

<http://www.portaldasfinancas.gov.pt>, consultado a 23/11/11.

<http://www.oroc.pt>, consultado a 24/11/11.

<http://www.sgi-network.org>, consultado a 25/05/12.

<http://www.treasury.gov.au>, consultado a 26/01/12.

VI – APÊNDICES

Apêndice 1 – Questionário

Licenciatura /Mestrado

PARTE I - CARACTERIZAÇÃO SÓCIO DEMOGRÁFICA

1 Género Masculino ☐ Feminino ☐ **2 Idade**

3 Código postal da Residência Fiscal

4 Estado civil
Solteiro ☐ Casado ☐ União de facto ☐ Separado ☐ Divorciado ☐ Viúvo ☐

5 Dimensão do agregado familiar (inclui conjuges, dependentes e ascer 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ou mais ☐

6 Nível de Escolaridade Completo
Secundário ☐ Bacharelato ☐ Licenciatura ☐ Mestrado / Doutoramento ☐

7 Tipo de vínculo laboral que origina a principal fonte de rendimento (indicar apenas uma) (P = Próprio; C = Cônjuge)

	P	C
Part-time	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Empregado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estudante	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Empregado por conta própria	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desempregado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalho Doméstico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reformado/ Pensionista	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro: _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8 Fonte de Rendimento (pode assinalar um ou vários) (P = Próprio; C = Cônjuge)

	P	C
Rendimentos por conta de outrem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rendimentos profissionais e empresariais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rendimentos de capitais (lucros, dividendos, juros, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rendimentos prediais (rendas)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pensões / Reformas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rendimentos obtidos no estrangeiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Subsídios sociais (desemprego, rend. mínimo, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros (especifique): _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9 O valor do rendimento anual do agregado familiar é:

Até € 4.898	<input type="checkbox"/>	De € 7.411 a € 18.375	<input type="checkbox"/>	De € 42.260 a € 61.244	<input type="checkbox"/>	De € 66.046 a € 153.300	<input type="checkbox"/>
De € 4.899 a € 7.410	<input type="checkbox"/>	De € 18.376 a € 42.259	<input type="checkbox"/>	De € 61.245 a € 66.045	<input type="checkbox"/>	Superior a € 153.300	<input type="checkbox"/>

10 A sua predisposição face ao cumprimento dos deveres fiscais é:
Muito grande ☐ Grande ☐ Nem grande nem pequena ☐ Pequena ☐ Muito pequena ☐

PARTE II - CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS

11 Entregou a sua declaração de rendimentos: Em papel ☐ Via Internet ☐

12 Preencheu a sua declaração de rendimentos:
Sozinho ☐ Com ajuda de terceiros (sem encargos financeiros) ☐ Recorreu a um profissional (com encargos financeiros) ☐

SE RECORREU A AJUDA CONTINUE NA QUESTÃO 15

13 Quantas horas gastou com a declaração de rendimentos (recolha de informação, compra de impressos, leitura de instruções, preenchimento, envio)
Inferior a 1 hora ☐ 1-2 Horas ☐ 2-3 Horas ☐ 3-4 Horas ☐ 4-6 Horas ☐ 6-12 Horas ☐ Superior a 12 Horas ☐

14 Relativamente ao preenchimento da sua declaração de rendimentos, teve dificuldade em:

	Sempre	Quase sempre	Às vezes	Quase nunca	Nunca
Identificar o sujeito passivo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Identificar a categoria de rendimentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Identificar as deduções específicas de cada categoria de rendimentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Identificar as deduções relativas a benefícios fiscais (ex. PPR)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Identificar as deduções à coleta (ex. despesas de saúde)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Compreender as instruções de preenchimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro (especifique): _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

RECORREU À AJUDA DE UM PROFISSIONAL

15 Indique os principais motivos para ter recorrido à ajuda de um profissional:

	Muito importante	Importante	Indiferente	Pouco importante	Nada importante
Falta de tempo					
Desconhecimento da legislação fiscal					
Receio de errar no preenchimento da declaração de rendimentos					
Garantia de correto preenchimento da declaração de rendimentos					
Obtenção de rendimentos provenientes de diversas fontes					
Exigência legal em possuir contabilidade organizada					
Outro (especifique): _____					

PARTE III - RELAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO FISCAL

16 A sua relação com a Administração Fiscal é: Muito boa ☐ Boa ☐ Nem boa nem má ☐ Má ☐ Muito má ☐

17 Já alguma vez foi fiscalizado pela Administração Fiscal? Sim ☐ Não ☐

18 Perante uma ação de fiscalização por parte da Administração Fiscal sentir-se-ia:

Muito Tranquilo ☐ Tranquilo ☐ Indiferente ☐ Preocupado ☐ Muito preocupado ☐

19 Já alguma vez fez uma reclamação à Administração Fiscal? Sim ☐ Não ☐

20 Perante a resposta da Administração Fiscal o seu problema ficou?

Totalmente resolvido ☐ Parcialmente resolvido ☐ Não ficou resolvido ☐

21 Já alguma vez sentiu dificuldade no esclarecimento de dúvidas junto da Administração Fiscal?

Sempre ☐ Quase sempre ☐ Às vezes ☐ Quase nunca ☐ Nunca ☐

PARTE IV - CARACTERIZAÇÃO DA TRIBUTAÇÃO DO RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

22 Como considera a atual tributação de IRS?

Simple e eficaz ☐ Simple mas ineficaz ☐ Complexo mas eficaz ☐ Complexo e ineficaz ☐ Nenhuma das anteriores ☐

23 Indique a sua opinião relativamente às seguintes afirmações sobre a equidade / justiça fiscal:

	Concordo totalmente	Concordo em parte	Concordo	Nem concordo nem discordo	Não concordo
- O IRS em Portugal é de um modo geral justo					
- Sinto-me penalizado no IRS relativamente a contribuintes com rendimentos mais elevados					
- A complexidade do IRS possibilita, de forma legal, a redução do pagamento do imposto devido					
- Os benefícios do Estado que os contribuintes recebem face ao valor dos impostos que pagam são justos					
- De modo geral, em Portugal, a tributação é justa					
- conseguem reduzir o seu montante de imposto a pagar de uma forma legal.					
- Alguns impostos arrecadados pela Administração Fiscal não são corretamente aplicados					

24 Qual o grau de concordância com as seguintes afirmações?

	Concordo totalmente	Concordo em parte	Concordo	Nem concordo nem discordo	Não concordo
- A legislação fiscal é alterada com muita frequência					
- A linguagem aplicada na legislação fiscal é de difícil compreensão					
- A legislação está dispersa através de um excessivo número de Leis, Decretos-Lei e Portarias					
- A tributação do IRS é caracterizada por demasiados pormenores (ex. isenções, exceções, benefícios fiscais)					
- A legislação fiscal apresenta falta de coerência					
- A realidade económica está em constante mutação					
- Existe morosidade dos tribunais na resolução dos litígios entre o contribuinte e a Administração Fiscal					
- Existem de muitas lacunas na legislação fiscal					

OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO

